

***Tratado político* (1715), de Sebastião da Rocha Pita: galeria de tópicos**

Eduardo Sinkevisque
UFRGS

RESUMO: O artigo se ocupa em descrever as tópicos de gênero demonstrativo-deliberativo do *Tratado político* (1715), de Sebastião da Rocha Pita, interpretando o sentido delas, segundo modelos e padrões teológico-político-retóricos de sua invenção.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e História brasileira – Século XVIII. Sebastião da Rocha Pita – *Tratado político*. *Tratado político* – Retórica.

ABSTRACT: The article deals with describing the demonstrative- deliberative topics of the *Tratado político* (1715) by Sebastião da Rocha Pita, interpreting their meaning, according to theological-political-rhetoric models and patterns of his invention.

KEYWORDS: Brazilian Literature and History – XVIII Century. Sebastião da Rocha Pita – *Tratado político*. *Tratado político* – Rhetoric.

*Aqui é que a arte daquele que fala aparece [...]:
exaltar as coisas pequenas, avivar as lânguidas,
fazer romper as do solo, dar àquelas coisas que não são tristes
nem penosas pena e tristeza.
Pois quais seriam a virtude e a arte daquele que fala ou escreve
se as coisas se mostrassem, dignas, alegres, tristes e grandes*

*por sua própria natureza, e não por arte e engenho
desse mesmo que fala ou escreve?*

Robortelo

Librum Aristoteles. Da Arte Poetica Explicationes

O propósito deste artigo é o de apresentar as tópicas utilizadas por Sebastião da Rocha Pita, na composição do *Tratado político* (1715), definindo o sentido delas em conformidade aos padrões e modelos teológico-político-retóricos de sua invenção. Este trabalho, reescrito do segundo capítulo de minha Dissertação de Mestrado (SINKEVISQUE, 2000), é feito a partir da leitura dos manuscritos tombados na Biblioteca da Universidade de Coimbra (MSS-30) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (MSS-4,1,23), que cotejei para transcrever e estabelecer o texto ao propor edição acompanhada de estudo introdutório, índices e notas. Consultei também a edição do *Tratado* preparada por Heitor Martins (1972), mas faço as referências a partir do texto que estabeleci¹.

As notas, fundamentais na economia de meu texto, a respeito de personagens e passagens históricas assim como de aspectos mitológicos, bíblicos e geográficos, foram confeccionadas a partir da *The New Encyclopaedia Britannica* (1993), da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.), da *Bíblia de Jerusalém* (1995) e da consulta às obras de Junito de Souza Brandão (1992; 1990). Penso que, no *Tratado político*, as citações, alusões etc. dessas personagens e aspectos, de que faço menção, funcionam também como tópicas, argumentos, principalmente como *exempla*, mais do que como exibição de erudição.

¹ A edição do *Tratado Político* preparada por mim, segundo volume da minha Dissertação de Mestrado, encontra-se no prelo da Edusp.

Para leitores contemporâneos a Rocha Pita, talvez, conhecimento partilhado, muitas vezes evidente. Fazer essas notas, hoje, pode amplificar o que o letrado condensa.

O *Tratado político* é uma prosa histórica imitativo-emuladora, um desenho, um retrato que tem no primeiro parágrafo de cada um de seus três discursos argumentos correspondentes a eles. A partir dos outros parágrafos, pintam-se quadros em que as tópicas são demonstradas com ampla e exaustiva exemplificação de casos particulares narrados e descritos de maneira ecfrásica. A ecfrase é, além de um gênero poético descritivo, anterior a Filóstrato, um procedimento elocutivo geral. Entendida como *descriptio*, é um expediente retórico utilizado na descrição/evidenciação de tópicas como as de lugar, pessoa, físico, ações, caráter etc. Seu uso, amplifica o discurso, podendo ser entendido como modo instrutivo de ornar ou adornar o texto, na articulação do *docere* com o *delectare*.

Escrito em oitava, cuja letra, larga, possui características que remetem a um tipo de grafia dos séculos XVII e XVIII, o artefato recebeu, ainda, abreviaturas de palavras, como é o caso do item lexical “que”, cuja presença é verificada desde o século XVI e sobreviveu, ao que se saiba, até os séculos XVIII-XIX. Há inúmeras junções de palavras e letras, inadmissíveis na grafia atual, bem como separações destas, no corpo do texto. Havendo, também, trechos em que há lacunas e outros que foram reescritos pelos bibliotecários de Coimbra.

A hipótese é que – por ser o texto um tratado político e, por ser lugar comum tanto em Rocha Pita, quanto nos papéis volantes e encadernados do Seiscentos e Setecentos haver a presença da tópica do “remédio”, aplicada à metáfora do corpo, quando se faz referência ao “corpo político” em ocasiões em que é necessário deliberar sobre a *res publica* – o letrado ministra, ao fazer história, todo um repertório de “remédios” para a boa “saúde” do reino. As tópicas descritas e analisadas

aqui funcionam como elenco de conselhos administrados nos negócios públicos e pelo governante, a exemplo do que ocorre em tantos livros tidos como “espelho de príncipes”. É prosa considerada assim, porque especular, “no isomorfismo corpo/Estado, como uma relação especular em que o micro alegoriza o macro” (HANSEN, 1992, p. 20).

A organização do *Tratado* é feita em três partes distintas: “Dedicatória”, “Prólogo” e “Discursos”, ao longo de 2120 linhas, em um total de 137 páginas. Os “Discursos”, por sua vez, se subdividem em três, ou seja, “Discurso Primeiro”, “Discurso Segundo” e “Discurso Terceiro”. Cada um deles é composto por uma parte nomeada, pelo letrado, de “Argumento”, e outra que é o “Discurso” propriamente dito. Os “Argumentos” constituem-se como parágrafos únicos e iniciais dos “Discursos” e apresentam uma margem reduzida em relação ao restante do texto, o que lhes confere um destaque visual. Eles são uma tábua das matérias a serem abordadas e indicam o modo como se apresentará a narração, pois uma vez estabelecida uma ordem de matérias no chamado “Argumento”, ela será facilmente reconhecida ao longo do texto. Dentre as matérias contidas nos “argumentos”, destacam-se algumas, as quais serão utilizadas pelo narrador como cerne das questões que se propõe para confecção do *Tratado*. Essas matérias podem ser chamadas de tópicas (*topoi*), mesmo esse conceito podendo ser aplicado às outras, e ainda a várias máximas políticas, *tropos* e figuras de linguagem, como metáforas, metonímias, hipérboles e eufemismos, entre outros expedientes do fazer textual, identificados no *Tratado*. Os *topoi* são esquemas de argumentação no ato da produção do discurso. Ocupam a invenção-disposição de textos. Modalizam o discurso conforme o decoro de seu gênero. No caso, trata-se de *topoi* de gênero demonstrativo-deliberativo por se tratar de uma prosa histórica, um tratado político, espelho de príncipes. Segundo afirma João Adolfo Hansen, ao ler a poesia atribuída a Gregório de Matos,

como representação, os *topoi* modelizam os discursos locais conforme regras do decoro [...]. Simultaneamente fazem-no como *avaliação*, ou encenação do julgamento da *persona*, refratando-se as tópicos segundo padrões institucionais do século XVII, como a hierarquia, o código de honra, o direito canônico, a ortodoxia religiosa etc. (HANSEN, 1989, p. 309).

O texto tem uma folha de rosto, não numerada, em que constam o título, subtítulo e a quem é oferecido, e, em seu verso, por quem é composto. Na sequência são apresentados a “Dedicatória”, o “Prólogo” e os “Discursos”.

A “Dedicatória” vai da linha 17 a 109 (p. 1 a 6), contendo quatro parágrafos, que desenvolvem tópicos de modéstia e encômio, sendo que o primeiro (linhas 19-52) se inscreve no sentido de pedir proteção e amparo ao Senhor D. Pedro Antônio de Noronha². Sebastião da Rocha Pita afirma não competir no talento com nenhum dos grandes “escritores” que o antecederam, em uma demonstração de humildade, mas se igualar na proteção recebida, solicitando para os seus escritos a sombra da “excelentíssima” pessoa do conde de Vila Verde. Traz à memória ocasiões em que autores antigos procuraram refúgio em heróis, como Virgílio³, que buscou o favor de Augusto⁴,

² Trata-se do primeiro marquês de Angeja, segundo conde de Vila Verde, mordomo-mor da princesa do Estado do Brasil, vice-rei da Índia de 1692 a 1699, mestre de campo do exército que ocupou Madri em 1706, comandante do exército do Alentejo em 1710, terceiro vice-rei do Estado do Brasil (1714-1718).

³ A citação de Virgílio aponta Públio Virgílio Marrão, poeta latino que nasceu em Andes, como uma das *auctoritates* de Rocha Pita. Embora o discurso em questão seja de gênero histórico, tem-se um pensamento de comparação motivado pelo fato de que Virgílio tenha sido favorecido por Mecenas e Pita estar pedindo amparo para sua escrita ao vice-rei.

⁴ *Gaius Julius Caesar Octavianus* (63-14 a.C.). Primeiro imperador romano. O letrado se refere a Augusto ser tido como protetor das artes e das letras, favorecendo historiadores e poetas como Tito Lívio, Horácio, Ovídio e o mencionado Virgílio, *auctoritates* de Rocha Pita.

e Plínio⁵, o de Trajano⁶. Louva as ações de D. Pedro Antônio de Noronha, atribuindo ao capitão maior valor do que tiveram Hércules Líbico⁷ e Hércules Tebano⁸. O segundo parágrafo (l. 53-78), por sua vez, afirma que os motivos de dedicar o tratado ao vice-rei residem em sua origem nobre. Já o terceiro (l. 79-93), por outro lado, é um pedido de desculpas e uma justificativa. O letrado adverte que, caso o capitão de mar e terra, a quem dedica o tratado, venha a julgar excessivo o texto apresentado, lembre-se de que “nos mapas cabem imensas zonas e que um membro só basta para representar a grandeza de um só corpo” – em uma nítida referência à representação de monarquia, sendo o rei a cabeça (membro) e os súditos, o corpo – tornando-se justificável, em pequeno espaço, narrar tamanha matéria. Provavelmente está citando velha anedota contada por Tesouro, por exemplo, sobre o pintor Timantes, engenhosíssimo. Tinha que pintar um gigante e fez só o dedão do pé, mais alto que as colunas de um templo. Com isso conseguiu sugerir a altura enorme do monstro, sendo muito aplaudido. O texto de Pita parece paráfrase de um trecho que encontrei na edição espanhola. Cito a passagem para cotejo:

⁵ Plínio, o Moço. (61 ou 62-c. 113). “Escritor” romano. Nasceu em Como. Amigo de Trajano. Autor de *Panegírico de Trajano*. Plínio é mencionado ao lado de Virgílio também como uma das *auktoritates* de Rocha Pita. Por um lado tem-se uma epopeia como modelo e por outro, uma história.

⁶ Marco Úlpio Trajano, estabeleceu estreitas ligações com Plínio, o Moço, com quem trocou correspondência acerca dos cristãos. Seu nome ficou imortalizado na famosa coluna de Trajano, que mandou construir e erigir em 113 d.C.

⁷ Hércules Líbico. O *Mel-kart* dos fenícios, ao qual a lenda atribui a façanha de ter aberto o Estreito de Gibraltar, dando assim comunicação ao mediterrâneo com o oceano. Para comemorar este feito erigiu duas colunas, uma do lado da África e outra do da Europa.

⁸ Era costume dos povos antigos, gentílicos, pagãos, não cristãos, atribuírem o nome Hércules a divindades, segundo o local em que habitavam. Assim, Hércules Tebano é o filho de Júpiter e Alcmena, correspondendo ao herói dos doze trabalhos.

Compuestos de Agudeza ARCHETIPA, y VOCAL son aquellos symbolos, los quales con una palabrilla figurada demuestran con tal destreza el concepto, que la mayor parte se lee en el animo de quien la dice, y del que la oye: teniendo esta agudeza Lacónica tal virtud, que alguna vez con un solo Mote, te pinta en el oído un entero *Entimema* con brevedad; como Timante pintando en pequeña tablilla. El Gran Ciclope Petronio (TESAURO, 1741, p. 33).

E finalmente, o quarto parágrafo (l. 94-109) atualiza a tópica antiga da humildade, como modéstia afetada. Rocha Pita se coloca na possibilidade de ser indigno de oferecer tão sublime obra a tão venerado capitão. No final da dedicatória, encontram-se a data e a assinatura.

O “Prólogo” contém dois parágrafos e se inicia na linha 110, terminando na linha 167 (p. 7 a 10). No primeiro parágrafo (l. 111-151), são apresentadas as razões que levaram à escrita do tratado, com a finalidade de se fazer a memória dos princípios e fins das antigas monarquias, bem como os objetivos do texto e o modo como o letrado vai dispor a matéria. Assim, Sebastião da Rocha Pita indica dez tópicos que orientarão sua prática. São elas o passado, as mudanças do tempo, as da fortuna, os estrondos marciais, as pretensões das coroas, o temor do aumento das monarquias, o ciúme do poder dos vizinhos, as políticas dos Estados, os interesses das Repúblicas e a comoção geral que introduziram novas e várias cenas no teatro de Europa⁹. Previamente, é dito que objetiva ajuizar nos primeiros dois “Discursos das coisas presentes pelo exemplo das passadas” e discorrer, no terceiro e último, sobre o estado

⁹ Referir-se ao mundo como “teatro” é lugar comum nos séculos XVI, XVII e XVIII. Trata-se de uma tópica muito explorada tanto na poesia como na história.

em que se achavam os negócios militares e políticos no tempo em que estava escrevendo o texto. Desse modo, intenta ponderar motivos, sem indagar maiores circunstâncias, nos seus dizeres. Enquanto que, no segundo e derradeiro parágrafo do “Prólogo” (l. 152-167), encontra-se uma justificativa do risco de causar fastio ao marquês de Angeja, em virtude de haver muitos exemplos, à semelhança de muitos casos idênticos. Rocha Pita enuncia que fará a exposição de evento e ações desde o princípio do mundo até o tempo presente, ou seja, *in ordo naturalis*, disposição decorosa ao gênero histórico verificável no texto.

Por sua vez, o “Discurso Primeiro” começa na linha 168 e termina na linha 724 (p. 11 a 46). A quantidade de parágrafos totaliza dezoito. Em linhas gerais, organiza-se em favor da ideia geral de que os homens construíram reinos, de tudo quiseram se apoderar e viram sua ruína devido à sua ambição e falta de fundamentação na religião católica. O texto defende que para cada porção da terra é necessário haver governantes próprios com limites para seus domínios, visando o equilíbrio e conservação do mundo.

O primeiro parágrafo (l. 170-182) é o “Argumento” do “Discurso Primeiro” dividido em quatro matérias, que, neste caso, são conceituadas tópicos. A primeira delas (l. 170-175) cita a vaidade dos homens em erguer reinos e unir monarquias que dificilmente se conservariam juntas e nem permaneceriam em excessiva grandeza, aparecendo no decorrer do primeiro “Discurso Primeiro” por sete vezes. A segunda (l. 175-176) é incluída no corpo do texto duas vezes e se refere à mudança e à variedade das monarquias. A terceira (l. 176-180) afirma que um homem não basta para o governo de tantas porções do mundo quantas abraça sua ambição, sendo mobilizada em oito oportunidades no decorrer do “Discurso Primeiro”. A quarta, caracterizada como sendo a tópica do discurso primeiro (l. 180-182), faz referência à ideia de que só no equilíbrio das potências dos reinos pode ser conservado o mundo, sendo que esta possui maior força e importância,

visto que é o cerne do “Discurso Primeiro” e Sebastião da Rocha Pita a utiliza por dez vezes, embora trate das outras três tópicas de forma articulada com a última, no andamento do “Discurso Primeiro”.

No segundo parágrafo (l. 183-218) o letrado trata da ambição e vaidade dos homens (primeira tópica), descrevendo o princípio do mundo, com seus alimentos, edificações e a ambição, propriamente dita, fazendo referências às primeiras monarquias das antigas civilizações de Babilônia, Tróia, Roma e Egito.

O terceiro parágrafo (l. 219-244) inicia-se em continuação ao anterior, discorrendo sobre ações que visavam o agrado e o triunfo despendidos aos governantes, e que, com o passar do tempo, tornaram-se mais sofisticados, uma vez que a descrição vai do ato da caça (passagem bíblica) às vitórias em batalhas (passagem mitológica). Na sequência, trata da vaidade dos homens e cita exemplos de templos, pirâmides e mausolés para glorificação dos soberanos mortos, desde os egípcios, romanos, até os católicos de então, em contrapartida à falta de vaidade dos hebreus, que enterravam os seus em simples campos.

É utilizada a imagem do dilúvio bíblico para justificar a divisão, feita por Noé¹⁰, das três partes do mundo até então conhecidas, a seus três filhos¹¹ (terceira tópica implícita), no quarto parágrafo (l. 245-274). Reforça a ideia de ambição, citando os netos de Noé que intentaram

¹⁰ Patriarca célebre na “primeira idade do mundo”, por causa do dilúvio universal de que se salvou com a família. Era filho de Lameche. Acredita-se ter vivido até a idade de 950 anos. Cerca dos 500 anos foi pai de Sem, Cham e Japhet. Determinando Deus castigar o gênero humano por causa da corrupção em que tinha caído, ordenou a Noé que construísse uma arca em que se recolhesse com a família. Tinha Noé 600 anos, quando veio o dilúvio. Passado o cataclismo, Noé saiu da arca e construiu um altar em que ofereceu um sacrifício a Deus. Entregou-se depois à agricultura e, tendo feito vinho, embriagou-se e desnudou-se na sua tenda. Cham viu-o naquele estado e comunicou o caso aos irmãos que, movidos pelo respeito filial, o cobriram com um manto. Sabendo disto, Noé amaldiçoou a descendência de Cham e abençoou a todos os outros filhos.

¹¹ Trata-se de Sem, Cham e Japhet.

penetrar o céu pela construção da Torre de Babel. O restante do parágrafo se refere aos homens terem povoado e murado cidades, dividido reinos e fundado impérios e cada um dos seus monarcas terem aspirado ao domínio de tudo, o que acabou por gerar disputas e guerras, sem que soubessem que, segundo Rocha Pita, ao retomar a terceira tópica do “discurso, a esfera da capacidade humana não permite a um só homem o senhorio e governo do mundo”.

É iniciada a argumentação da terceira tópica, no quinto parágrafo (l. 275-321), ao citar Adão, como sendo o primeiro homem que, desprovido de talento para governar o mundo, acabou por perdê-lo. São apresentados exemplos de divisões geográficas das regiões, feitas por Deus, através de montes (em Espanha, Itália, Albânia, Maurítânia¹², Armênia), dos rios (Tejo, Sena, Pado¹³, Danúbio, Ganges e Nilo) e dos oceanos. Rocha Pita retoma a primeira tópica do “Discurso”, mostrando que mesmo toda esta separação não bastou para conter a ambição dos homens. Afirma que estes cortaram os montes, construíram pontes sobre os rios, mudaram seus cursos, fabricaram naus para navegar os oceanos, além de atravessarem toda a Terra a cavalo, a pé e a nado.

O letrado questiona no início do sexto parágrafo (l. 322-339) o mau uso dos três elementos da natureza pelo homem. Segue narrando as transformações através da caça, pesca, domesticação de animais, e a criação de meios de transporte, em nome da ostentação da ambição humana.

¹² Extensa região arenosa, entre os planaltos de Adrar e de Tangante e a costa atlântica da África, do rio de Ouro ao Senegal.

¹³ Trata-se do rio Pado ou Padus. Forma latinizada do nome do rio Pó. Camões se refere ao rio e, *Os Lusíadas* I, XLVI assim: [...] *O Pado o sabe, e Lampetusa o sente* [...].

No sétimo parágrafo (l. 340-372) Sebastião da Rocha Pita analisa os acontecimentos citados no parágrafo anterior, como um dano causado à natureza e, maior ainda, aos próprios homens, uma vez que se refere aos feitos como decorrentes da cegueira e cobiça de dominar. Dá prosseguimento com inúmeros exemplos de dominação, alargando esta noção da natureza para a disputa de poder entre os homens, citando personagens e passagens históricas de assassínios ocorridos entre filhos e pais, pais e filhos, entre irmãos, e entre amigos e súditos, a seus senhores. Esta exemplificação segue no oitavo parágrafo (l. 373-386) na descrição de mortes planejadas, por senhores, a seus súditos e amigos¹⁴.

Pita questiona no nono parágrafo (l. 387-412) de que serve toda a ambição dos homens em conquistar muitos reinos, se eles se esquecem das regras de conservação, como aconteceu com as maiores monarquias que negligenciaram esta máxima e acabaram arruinadas. Faz alusão ao fato de Deus ter criado vários substitutos (natureza, dia e noite, planetas, astros) para sua onipotência na Terra, com a finalidade de conservar o mundo, mostrando que os homens, analogamente, devem-no fazer.

Embora tenham sido feitas particularizações até a linha 412, algumas vezes, ao mencionar trechos bíblicos, históricos e mitológicos, discorreu-se de forma generalizada sobre a ambição e vaidade dos homens e sobre a ideia de um homem só não bastar para o governo de tantas porções do mundo. A partir do décimo parágrafo (l. 413-451), deixa-se claro que se iniciará a particularização de exemplos de monarquias que, após terem chegado a seu auge, brevemente viram a

¹⁴ Esse mesmo tipo de descrição é encontrada de maneira semelhante no capítulo 14 da *Poética* de Aristóteles, ao se referir às ações catastróficas entre amigos, entre irmãos, e entre pais e filhos.

decadência. Faz-se referência a um pensamento de Virgílio Lusitano¹⁵ a respeito do providencialismo da “fortuna – Chamam-lhe fado mau fortuna escura sendo só providência de Deus pura” – e que a queda dos impérios não se deu só pela natural falta de sorte, mas também pela fragilidade de sua fundamentação. Há uma longa descrição, com a finalidade de demonstrar a variedade e mudança das monarquias (segunda tópica do “Discurso”) pelas conquistas dos medos sobre os assírios, dos persas sobre os medos e assírios, dos gregos sobre os persas e egípcios, dos romanos sobre os gregos, dos cartagineses e partos sobre os romanos, dos godos, árabes e turcos sobre os partos. Evidencia-se que, mesmo estas dominações, para a ampliação dos impérios, não foram suficientes para evitar a sua ruína (quarta tópica).

Pita inicia o décimo primeiro parágrafo (l. 452-484) com um comentário acerca do anterior, em que reafirma não haver maior cegueira do que ampliar impérios que não de crescer para sua ruína ou de se sustentar para prejuízo do mundo (quarta tópica), articulando com a terceira tópica, de que só um homem não basta para governar tantas porções do mundo. Apresenta três exemplos particulares de imperadores que limitaram seus domínios. O primeiro é o do Rei Antioco¹⁶, que agradeceu ao senado por lhe tirar muitas províncias. O segundo é o do Imperador Augusto, que deixou por escrito um documento a seus sucessores que limitava o império romano. O terceiro, de Élio Adriano¹⁷, que pôs termos à monarquia mandando derrubar a ponte

¹⁵ O letrado está se referindo a Camões, “Chamam-lhe fado mau, fortuna escura, / Sendo só providência de Deus pura”, considerando o poeta como Virgílio. *Os Lusíadas* X, XXXVIII.

¹⁶ Rei da Síria de 138 a 129 a.C., cognominado Sidetes; lutou contra os judeus e ocupou Jerusalém em 133 a.C. Sucedeu seu irmão Calínico no trono da Síria. Morreu lutando contra os partas.

¹⁷ Pai de Adriano ou Hadriano, o imperador.

que Trajano havia construído sobre o Danúbio, estabelecendo o Eufrates como último limite de seu império.

O décimo segundo parágrafo (l. 485-521), por sua vez, inicia-se com uma paráfrase da terceira tópica, em continuidade ao parágrafo anterior, alargando-o com seis exemplos de imperadores (os gentios, Aurélio Caro, Diocleciano¹⁸, Hercúlio, Galério¹⁹ e Valentiniano²⁰) que se aliaram a outros, “para melhor direção das províncias e expediente dos súditos”. Prossegue com a articulação da quarta tópica, cuja ideia de equilíbrio das potências para conservação dos mundos é demonstrada a partir da descrição de impérios que foram separados em vários domínios.

No décimo terceiro parágrafo (l. 522-536), Pita faz uma analogia da destruição das sete maravilhas do mundo com a decadência das monarquias (quarta tópica implícita).

A partir da linha 537 até a 579, o décimo quarto parágrafo explicita a importância da religião como fundamento da monarquia, ao particularizar o império da Alemanha que tem na sua criação a religião católica como instituto e lei fundamental. Este será o argumento para afirmar que só este império terá larga duração e equilíbrio (quarta tópica). Num segundo momento, fica claro que a Alemanha após ter-se unido à Áustria, também católica, e dividindo seu império em vários senhorios, como Roma, igualou e moderou sua força à de seus inimigos, para conservação de seu império (terceira e quarta tópicos).

¹⁸ Trata-se de Gaio Aurélio Valério Diocleciano (245-313 d. C.). Imperador romano de 284 a 305, quando abdicou em favor de Galério. Reorganizou e subdividiu o império. Perseguiu os cristãos.

¹⁹ É Valério Maximiano Galério (305-311). Imperador romano. Assumiu o poder em 306. Moveu perseguição aos cristãos. Fez de Licínio seu sucessor.

²⁰ Há na História três imperadores romanos chamados Valentiniano. Viveram de 321 a 455. São eles: Valentiniano I, Valentiniano II e Valentiniano III. Se considerarmos a narrativa de Pita, não é possível afirmar com certeza qual dos três imperadores está sendo mencionado, pois os três dividiram o império durante seus reinados.

A ideia da divisão dos impérios para sua conservação (terceira e quarta tópicos) é retomada nos dois parágrafos seguintes (l. 580-624 e l. 625-672), com a menção dos reinos de França e Espanha, que enquanto permaneceram divididos em muitos “potentados”, não causaram dano às demais províncias da Europa. No décimo quinto parágrafo, discorre sobre as invasões da França à Itália (nos reinos de Nápoles, Sicília, nos ducados de Sabóia²¹ e Mântua²², na república de Gênova e de Veneza), à Espanha (em Flandres²³, Catalunha e Castela) e à Alemanha (Lorena²⁴, Alsácia²⁵, Magúncia²⁶, Neoburg e Palatinado²⁷).

²¹ Região que foi primeiro um ducado situado entre a Itália e a França, depois uma parte do reino da Sardenha, e que desde 1860 pertence à França. A casa de Sabóia é a mais antiga família reinante da Europa, um ramo da qual, o de Saboia-Carignan, ocupou o trono da Itália desde 1861-1946. A casa foi fundada por Humberto c. 1003-c. 1056.

²² Cidade italiana, na Lombardia, sobre o Mincio, afluente do Pó.

²³ Antigo nome de uma região que compreendia, além das atuais províncias belgas da Flandres oriental e da Flandres ocidental, a parte meridional da província da Zelândia, na Holanda, e o departamento francês *de le Nord*, constituindo, na idade média, um principado poderoso e quase independente, governado por condes sob a suzerania do rei de França. O nome Flandres proveio da palavra *Vlāndergav*, designação do território em torno de Bruges e Sluis, a cujos condes fora confiada a guarda da costa NE. Da França no período das incursões dos normandos, na segunda metade do século IX. As relações entre Flandres e Portugal datam dos tempos da fundação da monarquia portuguesa, podendo-se considerar na sua história três fases distintas, a saber: primeira, que vai do século XII ao XV e se caracteriza por vínculos de ordem dinástica e religiosa, a segunda que abrange os séculos XV e XVI apresenta relações sobretudo de natureza econômica e política, e a terceira cujas características remontam as invasões da Bahia e Pernambuco. A terceira fase se prolonga do século XVI à atualidade.

²⁴ Antiga província da França oriental, correspondente aos atuais departamentos de Mosa, Mosela, Meurthe-e-Mosela Vosgos.

²⁵ Lorena, região da França.

²⁶ Mogúncia. Cidade da Alemanha, no antigo ducado de Hesse, capital da província do mesmo nome da Renânia e do distrito de Mogúncia, sobre o Reno.

²⁷ Região da Alemanha à margem esquerda do Reno, a qual confina com a Alsácia, a Lorena, o Baden, o Hesse e a Renânia prussiana, e depende da Baviera. O nome Palatinado fora atribuído inicialmente ao conjunto dos castelos imperiais dispersos pelo império germânico. Posteriormente, o nome liga-se à resistência dos antigos condes ou condes palatinos.

O mesmo tipo de descrição é feito no décimo sexto parágrafo para as conquistas de Espanha na Itália (república de Veneza, Ravena, Ferrara, Brescia, Lombardia, Milão, Florença e Gênova), na França (Provença, Picardia, Bolonha e Flandres) e contra os inimigos e rebeldes da Áustria, com a ajuda da Alemanha.

Nestes dois parágrafos, fica patente a presença da segunda tópica – mudança e variedade das monarquias – através do grande número de guerras e invasões ocorridas e citadas.

O letrado encerra o pensamento dos dois parágrafos anteriores no décimo sétimo parágrafo (l. 673-694) com a quarta tópica às avessas, aumento e temor das monarquias. Finaliza o parágrafo utilizando a terceira tópica, em uma comparação do Rei Luís XIV²⁸ com o gigante Tifão²⁹.

O décimo oitavo parágrafo (l. 695-724) é o conclusivo do “Discurso Primeiro”, em que se afirma ser, agora, a consequência de tudo o que foi dito anteriormente. Retoma-se a tese do “discurso, uma só cabeça não pode servir a muitos corpos, nem uma só voz fazer consonância a muitos coros”. Compara as grandes monarquias com as árvores, no tocante à altura, grossura, grandeza, superioridade, equilíbrio e conservação. Encerra-se o parágrafo com a quarta tópica do discurso – “no equilíbrio das repúblicas pode conservar-se o mundo” – reafirmando-se que, se as potências da Terra mantiverem-se ordenadas, esta não se arruinará.

²⁸ Luís XIV viveu de 1638 a 1715. É o chamado Rei Sol. Foi o maior representante do absolutismo monárquico. Durante seu reinado, na França, floresceram as artes e as ciências. Viu-se envolvido em quatro grandes guerras: de Devolução (1667-1668); da Holanda (1672-1678); da Liga de Augsburg (1689-1697) e da Sucessão Espanhola (1701-1714).

²⁹ Em grego *Typhôn*, cuja raiz em etimologia popular seria o indo-europeu *dheubh-*, gerar obscuridade, nevoeiro e fumaça. É uma espécie de síntese da violência das forças primordiais. Era maior que todas as montanhas. A comparação é hiperbólica.

O “Discurso Segundo” é composto de 13 parágrafos e começa na linha 725 e termina na 1347 (p. 47 a 86). Sebastião da Rocha Pita apresenta uma única tópica no “Argumento”, a qual, por todo o “Discurso”, orienta e defende a ideia de que Portugal foi escolhido para ser o maior império do mundo. As razões apóiam-se em nunca ter havido cismas, alterações, inconstâncias e o surgimento de heresiarcas nesse reino, como aconteceu em França, Espanha, Grécia, Roma e Alemanha, que levassem à dúvida do fundamento e firmeza da religião católica como base da monarquia portuguesa. Esse “Discurso” é todo composto de noções providencialistas.

Dentre as três matérias – “são mais prodigiosas as maravilhas de Deus imediatas só à sua onipotência, a mais estendida e permanente monarquia da Terra há de ser a de Portugal, e o motivo pelo qual foi escolhido este reino para tão grande império” – presentes no “Argumento” do primeiro parágrafo (l. 727-736), tem-se que a segunda é a tópica, mediada por uma suposição (de que as maravilhas de Deus, através da natureza, são admiráveis) e pela inferência do discurso humano (de que Portugal foi o escolhido para maior império do mundo).

A partir da suposição, descreve-se, no segundo parágrafo (l. 737-776), algumas das maravilhas da natureza, pela criação de Deus, como o monte Etna³⁰, o mar Morto, a fonte de Épiro³¹, a flor heliotrópio, o

³⁰ Vulcão da costa oriental da Sicília. Trata-se do vulcão mais elevado da Europa. Os antigos julgavam ser a montanha mais elevada da terra, chamando-lhe, pela sua posição em relação ao mundo conhecido, o pilar do céu, fonte de várias lendas mitológicas. No cimo da cratera houve um templo dedicado a Júpiter.

³¹ Nome que se dava à região situada no extremo NO da Grécia antiga. Era limitada a E. pela Tessália, ao S. pelo Golfo de Ambrácia e a a Etólia, a O. pelo mar Jônio, ao N. pela Ilíria e a Macedônia. Na fronteira oriental estendia-se a cadeia do Pino. A principal cidade era Dodona, situada na única planície bem regada de chuvas e fértil, chamada Helopia. Cerca do começo do terceiro século a.C. o rei Pirro, um dos príncipes mais poderosos do tempo, conseguiu unir os habitantes do Épiro sob o seu governo. Desde o fim do quarto século o Épiro fez parte do império Bizantino até 1240. Foi conquistado pelos turcos em 1430. Desde o século XIV foi sendo povoado por Albaneses.

peixe tremelga, a salamandra, entre outros animais, tipos de vegetais e personagens mitológicos³².

O letrado critica, no terceiro parágrafo (l. 777-810), o sentimento religioso dos gentios³³ que atribuíam às suas divindades (Júpiter³⁴, Marte³⁵, Netuno³⁶, Flora³⁷, Pomona³⁸, Ceres³⁹, Baco⁴⁰, Vulcano⁴¹, Éolo⁴², entre outros) todas as produções da natureza (flores, frutos, vento...), incluindo o espírito bélico de Rômulo⁴³, o esforço de Hércules⁴⁴

³² O gênero histórico dos séculos XVII e XVIII é repleto de passagens e personagens mitológicos. Rocha Pita não foge a regra e trabalha com esse tipo de expediente, seja para reafirmar a Igreja Católica, tomando a mitologia em oposição, seja para comparar o herói Católico com o herói grecorromano. A principal autoridade, neste sentido, é Ovídio de *As Metamorfoses*.

³³ Não católicos, pagãos.

³⁴ Nome latino de Zeus, em grego *Zeús*, a maior divindade do Olimpo. Filho de Saturno e Cibele. Coube a esses dois o domínio do céu e da terra. Júpiter tudo vê e sabe, possuindo o “Dom” de prever o futuro.

³⁵ Nome latino de Arges, do grego *Áres*, deus da guerra. Filho de Júpiter e Juno. Os romanos preferiam invocá-lo nas guerras.

³⁶ Nome latino de *Posídon*, do grego *Poseidôn*. Filho de Saturno e Cibele. Na partilha do mundo, enquanto Plutão recebeu os infernos e Júpiter o céu e a terra, Netuno, obteve a supremacia sobre o reino do mar, da águas subterrâneas. Em Roma era considerado o deus da fecundidade e da vegetação.

³⁷ Faz florescer as plantas. Adorada pelos sabinos, seu culto foi introduzido em Roma por Tatiús. Identifica-se a Clóris, deusa da primavera entre os gregos.

³⁸ Ninfa romana que velava sobre os frutos. Tinha um bosque sagrado, o Pomonal, no caminho de Roma a Óstia. Esposou Vertunmo e sua fidelidade imortal permitia-lhe envelhecer e rejuvenescer sem cessar, à imagem do ciclo e da maturação das plantas e dos frutos.

³⁹ Divindade latina da vegetação e da terra. Festas Cereálías e as Fornicales eram celebradas no fim da sementeira e da colheita. Venerada em todo o Lácio.

⁴⁰ Do grego *Bákkhos*, nome latino de Dioniso, em grego *Diónysos*. Deus da metamorfose. Fixou-se como divindade do vinho e da embriaguez.

⁴¹ Nome latino de *Hefesto*, em grego *Héphaistos*. Vulcano é o fogo nascido nas águas celestes. Filho de Juno e Júpiter. Em suas oficinas no Etna trabalhava febrilmente. Entre suas obras destacam-se Talo, o gigante de bronze; a couraça de Hércules; o cetro de Agamenão; as flechas de Apolo; o escudo de Aquiles. Vulcano combateu na guerra de Tróia.

⁴² Filho de Netuno e Arne. Deus dos ventos. Originava tempestades e naufrágios.

⁴³ Figura lendária que com seu irmão Remo, teria fundado Roma em 753 a.C. Diz a tradição que os gêmeos, filhos de Marte e Régia Sílvia, foram lançados ao Tibre por Amúlio, e depois amamentados por uma loba.

⁴⁴ Do grego *Heraklês*, possivelmente com um intermediário etrusco *hercle*. O maior dos heróis gregos, era chamado de *Héacles*, por ter sido vitorioso nos doze trabalhos gigantesco a que o rei Argos lhe impôs.

e Alexandre⁴⁵ e o emprego marítimo de Sexto Pompeu⁴⁶, além de designarem um deus para protetor de cada uma das partes do corpo humano.

No quarto parágrafo (l. 811-829) há uma associação dos dois parágrafos anteriores com a ideia de ser a monarquia uma “obra natural”, não da forma como viam os gentios, mas sim, segundo os cânones da religião católica. Nesse sentido, Sebastião da Rocha Pita utiliza a tópica desse “Discurso” para afirmar que o domínio da monarquia portuguesa é providencial, não bastando as divindades gentílicas para manter o sossego dela.

O quinto parágrafo (l. 830-898) dedica-se à narração do episódio histórico da aparição de Cristo ao primeiro rei, D. Afonso Henriques⁴⁷, ocorrido na noite anterior à batalha a Ismar⁴⁸ e a outros quatro reis mouros, no campo de Ourique⁴⁹, em que foi assegurada vitória ao monarca português, por ser esta guerra em nome de Deus empreendida contra os blasfemos de Seu santo nome.

Pita segue narrando aparições de Deus, antes de batalhas, a outros quatro reis, no sexto parágrafo (l. 899-957), salientando que a

⁴⁵ Alexandre Magno (356-323 a.C.). Famoso general que comandou os gregos na conquista do império persa. Educado pelo seu tio Leônidas, teve como mestre o filósofo Aristóteles. Aos 18 anos, tornou-se herói na batalha de Queroneia. Aos 20, era rei de Macedônia.

⁴⁶ É *Gnaeus Pompeius Magnus*. O Magno Pompeu (106-48 a.C.). soldado e político romano. Integrou o primeiro Triunvirato com Júlio César e Marco Lívio Crasso (60-53 a.C.).

⁴⁷ (1111-1185) Pertence à primeira dinastia (Borgonha). Filho de Henrique de Borgonha. Em 1139, venceu os mouros na batalha de Ourique (em que segundo a tradição, Cristo aparece a D. Afonso) e é proclamado o primeiro rei de Portugal. Notável por suas conquistas, no ano seguinte derrotou os leoneses em Val-de-Vez. Em 1147, auxiliado pelos cruzados que iam para a Palestina, toma Lisboa aos mouros.

⁴⁸ Pita se refere, no *Tratado*, a Ismael, no entanto sabe-se ser Ismar, chefe árabe do século XII. Também conhecido como Esmar, liderou os mulçumanos que se defrontaram com as forças de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique. Chamam-lhe rei ou Abu Zacaria (o Abzecri ou Auzecri). Governador de Santarem.

⁴⁹ Região de Beja, Lisboa.

nenhum deles fez igual promessa de soberania permanente, como no caso de D. Afonso Henriques. Os outros reis citados são Clodoveu⁵⁰ (França), Constantino⁵¹ (Roma), Garcia Iñiguez⁵² (Navarra) e Tibério⁵³ (Constantinopla⁵⁴). É utilizada a tópica do “Discurso”, na forma de paráfrase, nos quatro exemplos. O sentido, primeiro e mantido em cada uma das vezes, é de que só o reino de Portugal e seus descendentes foram escolhidos, por Deus, para firmar a mais estendida e permanente monarquia da Terra.

Pita interroga no sétimo parágrafo (l. 958-1022) o porquê de Deus não ter conferido a tão ilustres nações, como a francesa, a italiana, a grega e a espanhola, o maior império, ainda que a estes também tenha sido revelada a presença Dele, preferindo a nação portuguesa para tal missão. O argumento apresenta-se em razão da incompreensão sobre os juízos de Deus e pelas características da constância, do valor e da igualdade pertencentes ao reino português.

⁵⁰ Trata-se de Clóvis (c. 466-511). Chefe germânico fundador do reino dos francos. Converteu-se ao cristianismo. Redigiu as leis sálicas e transformou Paris em capital do reino. É conhecido também pelo nome de Clodoveu I.

⁵¹ (c. 288-337) Imperador romano que oficializou o cristianismo e mudou a capital para Constantinopla, quando se preparava para lutar contra os persas. Havia sido batizado por Euzébio, antes de falecer.

⁵² O letrado menciona Garcia Ximenes, porém é Garcia Iñiguez. Rei de Navarra, filho de Iñigo Arista, o fundador do reino. Iñiguez morreu entre 861 e 884. Casou-se com Urraca, de sangue real, de quem teve fortuna Garcês, seu sucessor.

⁵³ Tibério Cláudio Nero. (42 a.C. – 37 d.C.) Imperador romano. Enteado e filho adotivo que desde 14 d.C. sucedeu Augusto. Governou cautelosamente, no entanto o seu reinado ficou marcado pelo incidente dos julgamentos por traição e conspiração. Influenciado e encorajado por Sejano, Tibério deu voz aos seus receios de assassinato. O mesmo que muito contribuiu para a partida do imperador para Capri, de onde nunca mais voltou.

⁵⁴ Capital do Império Romano do Oriente durante mais de onze séculos (330-1453). O direito romano, as letras gregas e a teologia cristã estão intimamente ligados com a história de Constantinopla. Na idade média foi o grande foco de irradiação de influências civilizadoras. Foi fundada por Constantino Magno, por meio do alargamento da antiga cidade de Bizâncio no ano de 328 e inaugurada como nova sede de governo em 330.

O restante do parágrafo se alonga na citação de batalhas nas quais Portugal participou em benefício próprio e de seus confederados, com seus célebres capitães lusitanos⁵⁵ Licínio⁵⁶, Gargaris⁵⁷ e Abidis⁵⁸ na ampliação de seu domínio; com Cesaron⁵⁹, Viriato⁶⁰ e Hércules Lusitano⁶¹ na defesa de Sertório Italiano⁶²; nos socorros que os lusitanos deram aos cartagineses; nas conquistas de Mitrídates⁶³ em muitos reinos de Ásia contra Pompeu; ajudando Pompeu e seus

⁵⁵ Rocha Pita menciona como capitães portugueses um rei e duas personagens mitológicas. Cf. três próximas notas, mas o letrado pode estar comparando-os a Viriato e a Hércules Lusitano em conjunto a Cesaron, pois os dois últimos citados são mesmo Portugueses.

⁵⁶ (c. 270-325) Imperador romano, nasceu na Dácia. Seu reinado compreende o período de 311 a 324. Era cunhado de Constantino, o Grande, que o destronou e o condenou a morte.

⁵⁷ Personagem mitológica. Rei dos lurretas, ao qual se atribui a invenção de preparar o mel. Sua filha teve um filho havido clandestinamente e a que Gargaris quis dar a morte. Livrou-se a criança dos perigos a que foi exposta e com tal prudência e valentia que Gargaris, também chamado Gárgoris, o elegeu seu sucessor e lhe pôs o nome de Habis.

⁵⁸ Personagem mitológica. Divindade celtibera, rei de Tartésia (do veda *Aptya* ou *Trita-aptia*). Abidis ensinou aos homens o cultivo do trigo, a utilização dos bois na lavoura, proibindo que eles fossem dados e vendidos como escravos.

⁵⁹ É Filopator Filometor César. Último imperador da dinastia Ptolomaica, filho de César e Cleópatra, também chamado Cesarion. Reinou a partir de 44 a.C. e após seu assassinato ocorrido em 30 a.C., o Egito se transforma em província do império romano.

⁶⁰ (século II a.C.) Chefe militar lusitano, natural da região ocidental da Lusitânia. Viriato assumiu o comando dos lusitanos em 147 a.C., conduzindo, graças à sua força e capacidade para governar, várias guerrilhas (147 a 139 a.C.) contra os romanos, então apostados na conquista da Península Ibérica, defendendo deste modo a independência do território. Roma acabaria mesmo por considerar a Lusitânia terra independente. Porém, sentindo a falta de apoio das populações, Viriato viu-se obrigado a negociar com os romanos, acabando por ser traído por seus companheiros Audax, Ditalco e Minuro. Morreu assassinado por ordem do prócônsul romano Servílio Cipião, em 139 a.C.

⁶¹ Personagem desconhecida. Não se sabe a quem Pita atribui esta denominação. Entende-se que se trata de adjetivação utilizada pelo letrado com finalidades encomiásticas.

⁶² (c. 123-72 a.C.) General romano, chefe da resistência dos rebeldes da Lusitânia contra Roma. Nasceu em Núrsia e introduziu na Península Ibérica as leis e os costumes do império romano.

⁶³ Mitrídates VI, Eupator ou o Grande (132-63 a.C.) Rei da região do Ponto, no Mar Negro, na costa da atual Turquia. Reinou de 123 a 63 a.C. Foi o maior obstáculo da expansão romana no leste. Foi vencido por Pompeu na terceira guerra Mitrídica entre 74 e 64 a.C. Foi morto por um soldado que cumpriu sua ordem.

filhos contra César; a Espanha contra os romanos e finalmente nas resistências pela liberdade das cidades portuguesas de Cinânia⁶⁴, Monte Ermínio⁶⁵ e Braga. No final, adverte que mesmo pelo fato de as outras nações terem empreendido guerras semelhantes, este ainda não é o fator suficiente para Portugal ter sido escolhido como maior reino do mundo. Para tanto, o tradadista faz uso da citação sobre os auxílios de Espanha prestados na povoação de Itália, com o rei Atlante Ítalo; na fundação de Tróia com Dárdano⁶⁶; nos socorros dos cartagineses e dos romanos; em Sagunto⁶⁷ contra Aníbal⁶⁸; em Numância⁶⁹ contra Cipião⁷⁰ e em Calahorra contra Afrânio⁷¹.

Em continuidade à descrição de batalhas, o oitavo parágrafo (linhas 1023-1088) inicia-se com a narração das conquistas feitas por

⁶⁴ Nome de uma antiga cidade da Calécia, que Valério Máximo enalteceu pela sua heroica resistência aos romanos. Há quem pretenda a sua identificação com a Citânia de Briteiros, mas o assunto não está definitivamente assente. Nos agiologios do século XVII aparece referida a Cinânia como teatro de episódios do martiriológio cristão. Em alguns manuscritos lê-se Cininia e Cinginia.

⁶⁵ Como o próprio Rocha Pita denomina depois, por sinonímia, Serra da Estrela, ao extremo norte de Portugal.

⁶⁶ Filho de Júpiter e da atlântida Electra. Originário da Samotrácia. Edificou a fortaleza de Tróia e reinou sobre a Tróade. Segunda a lenda, unificou a Itália à Tróade.

⁶⁷ Cidade da província de Valência. A origem de Sagunto é muito obscura. É provável ter constituído uma das primeiras feitorias comerciais da Ibéria, quinze séculos antes de Cristo. As primeiras denominações da cidade foram: Drakanza, Zakynthos, Segontia, Arse, Zakanoa e *Saguntum*, depois Murviedro.

⁶⁸ General cartaginês a partir de 221 a.C. Era filho de Amílcar Barca. O cerco por ele encetado em *Saguntum*, atual Sagunto, a pouca distância de valência, precipitou os confrontos com Roma, de onde eclodiu a Segunda guerra Púnica.

⁶⁹ Antiga cidade da Península Ibérica, situada junto do rio Douro e perto de Sória.

⁷⁰ (236-184/3 a.C.) *Publius Cornelius Scipio Africanus*. Militar e estadista romano, um dos maiores estrategistas da antiguidade. Derrotou o exército cartaginês comandado por Aníbal na batalha de Zama (202 a.C.), pondo fim a Segunda guerra Púnica, o que lhe valeu o cognome de “o Africano”. Eleito cônsul em 205, decidiu não enfrentar Aníbal na Itália, optando por uma ofensiva na África, dirigida contra a própria Cartago.

⁷¹ Rocha Pita diz de um Afrânio, contudo trata-se de Afriano. Chefe que os lusitanos elegeram para se defenderem dos romanos, vingando-se dos agravos recebidos. Derrotou Mânlis Capúrnio. Morreu em batalha.

França em Espanha e em Itália, onde edificaram a cidade de Milão e de onde saíram contra Roma, permanecendo no domínio desta por dez anos; os triunfos dos capitães gregos Ulisses⁷², Diomedes⁷³, Aquiles⁷⁴, Agamenão⁷⁵, e Menelau⁷⁶ em Tróia; a fundação de Lisboa por Ulisses, após ter passado por Espanha; a dominação de muitas cidades italianas por Diomedes e, na defesa de Grécia contra os persas em dois episódios, sendo um sob o comando do capitão Cinegiro na batalha dos campos Maratônios, em relação ao primeiro Dario⁷⁷, e

⁷² Do grego *Ullíkses* que através do latim *Ulixes* forneceu Ulisses. Nome latino de Odisseu (*Odysseús*). Filho de Sísifo e Anticleia. Segundo outra versão era filho de Laertes, rei de Ítaca, a quem a jovem esposou depois de sua união com Sísifo. Recebeu o trono de Ítaca da mão de Laertes e se candidatou a esposar Helena, filha de Tíndaro. Casou-se com Penélope, da união nasceu Telêmaco. Ulisses comandou doze navios à Tróia, combatendo com bravura nesta guerra, destacando-se por sua prudência e astúcia. Apoderou-se do Paládio. Inspirado por Minerva, propôs a construção do cavalo de madeira, com o qual os gregos invadiram a cidadela inimiga. É considerado o herói por excelência.

⁷³ Filho de Tideu e Deípila. Educado pelo centauro Quirão, sucedeu a seu avô Adrasto no trono de Argos. Na guerra de Tróia, distinguiu-se como um dos heróis de maior valor. Colaborou com Ulisses na busca de Aquiles e Filoctetes e na conquista do Paládio (estátua de madeira de Palas Atena, que garantia a invencibilidade de Tróia). Lutou contra Heitor e Enéias; apoderou-se dos cavalos de Reso e, protegido por Minerva, ousou atacar Marte e Vênus.

⁷⁴ Filho de Peleu, rei de Ftia, na Tessália, e de Tétis. Para tornar seu filho imortal, Tétis passou ambrosia no corpo de Aquiles e o manteve sobre o fogo; depois, mergulhou no rio Estige, cujas águas deveriam fazê-lo invulnerável. Somente um dos seus calcanhares ficou intocado pelas águas, sendo este seu único ponto fraco. Foi o principal herói grego na guerra de Tróia. Muito conhecido pelas suas façanhas, conquistou várias cidades da Cilícia. Desentendeu-se com Agamenão, que lhe arrebatara Briseis, retirando-se da luta, em seguida, o que acarretou inúmeras derrotas para os gregos. Quando seu amigo Pátroclo foi morto por Heitor, voltou ao combate, usando uma armadura mágica, forjada por Vulcano. Matou Heitor, arrastou seu corpo em torno de Tróia e o entregou a Príamo. Foi morto por Páris, com uma flechada no calcanhar.

⁷⁵ Filho de Plístene e Aeropa. Juntamente com o irmão Menelau foi criado pelo tio Atreu que o fez herdeiro do trono. Com a morte do tio, Tiestes usurpou-lhe a coroa. Comandou a Expedição grega contra Tróia. No decorrer da guerra, Agamenão desentendeu-se com Aquiles por causa da escrava Briseis. Agamenão surge no mito como o rei por excelência, encarregado na *Ilíada* do comando supremo dos exércitos gregos que sitiavam Tróia.

⁷⁶ Irmão de Agamenão. Casou-se com Helena e se tornou herdeiro do trono de Tíndaro, em Esparta. Avisado por Íris do rapto de Helena, pediu ajuda a Agamenão. Foi um dos guerreiros que penetrou em Tróia dentro do cavalo de madeira, travando combate com Páris.

⁷⁷ (c. 550-486 a.C.) Rei da Pérsia, da dinastia Aquemênida. Também chamado Dario, o Grande. Foi organizador do império persa, dividindo-o em províncias. Foi vencido na batalha de Maratona, ao tentar a invasão da Grécia.

outro, contra Xerxes⁷⁸, capitaneados por Leônidas⁷⁹, finalizando com as vitórias gregas de Alexandre em Ásia. A narrativa se estende nas ações dos guerreiros romanos Rômulo, Túlio Hostílio⁸⁰ e Anco Márcio, pelas conquistas de muitas terras em Itália; dos três irmãos Horácios no reino de Albânia; em valor de Horácio Cocles na defesa da pátria de Porsena⁸¹, rei de Etrúria; com seus cônsules Fábio Máximo⁸², Tito Mânlio, Caio Mário⁸³, Cornélio Cipião, Nei, o Pompeu e seus imperadores Augusto César, Úlpio Trajano, Severo Sétimo⁸⁴, Antonino Caracala⁸⁵, Diocleciano e outros, na conquista do mundo. O letrado

⁷⁸ Trata-se de Xerxes I, filho mais velho de Dario I. em persa pronuncia-se *Kxaiarxa*. Nasceu em 519 e morreu em 465 a.C. Subiu ao trono da Pérsia com 34 anos, após a morte de seu pai. Decidiu-se empreender guerra em desforra ao insucesso de seu pai na batalha de Tessália, após um sonho. Para a passagem do seu exército mandou fazer sobre o Helesponto uma sólida ponte de 300 barcas, entre Sestos e Ábidos. Esta foi destruída pela tempestade. Xerxes mandou construir uma segunda ponte de 314 barcas perto da primeira. Foi morto após não ter conseguido conquistar a Grécia e quem o sucedeu foi Ataxerxes.

⁷⁹ Rei de Esparta que assumiu o poder provavelmente em 488 ou 489 a.C., durante a Segunda guerra grécopérsica. Foi considerado o maior herói entre os espartanos, tendo demonstrado sua coragem na batalha das Termópilas.

⁸⁰ Terceiro rei dos romanos. Morreu em 630 a.C., tendo sucedido a Numa Pompílio. Seu reinado se caracterizou pela organização civil e religiosa de Roma, fruto da sua índole pacífica. Era dotado, porém de temperamento belicoso, sendo-lhe atribuída a organização militar da mesma cidade. Empenhou-se em várias batalhas, principalmente a guerra contra Alba – a longa (combate entre os Horácios e Curiácios). Alguns afirmam que morreu fulminado; outros, que foi assassinado por instigação de Anco Márcio, seu sucessor.

⁸¹ Rei etrusco que pretendeu restabelecer Tarquínio, o soberbo. Foi aprisionado por Horácio Cocles na ponte Sublúcio e depois amedrontado pela tentativa de Múcio Cévola que conseguiu penetrar no acampamento para o assassinar. Levantou o cerco a Roma.

⁸² O letrado se refere a Quinto Fábio Máximo Verrucoso (c. 260-203 a.C.) General romano que ficou conhecido pelas cautelosas táticas infligidas a Aníbal Barca, entre 217 e 214 a.C., que lhe valeram o encômio de *Cunctator*, ou “Contemporizador”. Essas táticas ficaram caracterizadas pelo desgaste contínuo do exército de Aníbal, sem recorrer à batalha localizada.

⁸³ Menção a *Gaius Marius* (155-86 a.C.) General romano de ascendência plebeia. Nasceu em Arpino. Combateu na Espanha, derrotou Jugurta. Usurpador do trono da Númídia, no norte da África. Ganhou várias batalhas na Gália. Salústio escreve que Mário, feito cônsul pela plebe, depois de ter sido eleito imperador da Númídia. Na *Guerra Jugurtina*, Salústio repõe um longo discurso proferido por Mário.

⁸⁴ Rocha Pita se refere a Lúcio Septímio Severo (146-211) Primeiro dos imperadores africanos de Roma. Nasceu em Leptis, Magna. Reinou a partir de 193. Hábil general, venceu por três vezes Pescênio Níger, concorrente ao trono. Foi protetor das artes e das letras.

⁸⁵ Alusão ao imperador romano, filho de Septímio Severo. Viveu de 186 a 217. Reinou a partir de 211, mandou matar mais de 20 mil pessoas. Concedeu a soberania romana a todos os habitantes livres do império, pela constituição antoniana, em 217.

encerra o parágrafo salientando que todas essas batalhas e conquistas se deram anteriormente às aparições de Deus, previamente relatadas (“Discurso 2º”, parágrafos cinco e seis).

A interrogação feita no sétimo parágrafo a propósito de Portugal ter sido eleito por Deus para estabelecer a permanente monarquia é retomada agora, nas linhas 1089 a 1101 (parágrafo nono), não conforme o primeiro enfoque, mas com o intuito de provar que, mesmo tendo as outras nações recebido aparições de Deus e participado de batalhas e conquistas, semelhantemente ao ocorrido com Portugal, somente a nação portuguesa foi escolhida por Deus, uma vez que é usado o argumento primordial de que esta escolha ocorreu em virtude da maior firmeza e constância na religião católica professada pelo reino português, em comparação às outras, bem como por estas terem sofrido alterações e cismas nas suas monarquias.

No décimo parágrafo (l. 1102-1165), é defendido o argumento apresentado no anterior, com exemplos da inconstância na fé católica, desobediência à igreja e prevaricações dos reinos de Grécia, Roma, Espanha, França e Alemanha, esta última com “mais lástima”⁸⁶ por ter havido a cisão na Igreja Católica com a Reforma luterana.

O décimo primeiro parágrafo (l. 1166-1211) organiza-se a partir de uma máxima política em chave teológica de que “é a religião o maior atributo dos mortais e a mais firme coluna das monarquias”. Desenvolve-se com a finalidade de provar que a religião católica é necessária para o bom governo das repúblicas e a conservação dos impérios, uma vez que na narração fica claro que mesmo os povos que não a adotavam tinham em suas religiões a sustentação de seus

⁸⁶ Nota-se que a utilização da expressão “mais lástima”, refere-se ao enaltecimento da fundamentação católica no reino de Alemanha, previamente feito pelo letrado no décimo quarto parágrafo do “Primeiro discurso”.

impérios. Desse modo, é enumerada a cega idolatria e adoração de divindades por parte dos gentios, como as ocorridas em Tróia com o deus Penates, em Roma com a proteção da deusa Egéria⁸⁷ a Numa⁸⁸, na Lacedemônia⁸⁹ com Apolo⁹⁰, em Catargo⁹¹ com Saturno⁹², em Creta⁹³ com Júpiter, em Atenas⁹⁴ com Minerva⁹⁵, e no Egito com

⁸⁷ Ninfa de Roma ligada ao culto de Diana dos Bosques. Era esposa, ou amiga de Numa Pompílio. Costumava conceder ao soberano entrevistas secretas para orientá-lo quanto à política a adotar. Após a morte de Numa, retirou-se para a floresta Arícia e chorou tanto que Diana, comovida, transformou a Deusa Egéria em fonte. Os romanos honravam-na como deusa, cultuando-a junto à Porta Capena, ao pé do Monte Célio. As mulheres ofereciam-lhe sacrifícios para terem parto feliz. Egéria simbolizava a solidão oportuna às grandes meditações.

⁸⁸ Numa Pompílio (715-672 a.C.) segundo rei legendário de Roma, a quem se atribui a criação das primeiras instituições religiosas as cidade e do ano de 12 meses.

⁸⁹ O mesmo que Esparta, cidade grega.

⁹⁰ Do grego *Apólon*. Deus da luz. Uma das doze divindades do Olimpo. Filho de Júpiter e Latona. Protetor dos campos, dos navegantes, dos artista e dos médicos. Encarregado de desvendar o destino, pois revela aos seres humanos a trilha que conduz da “visão” divinatória ao pensamento.

⁹¹ Uma das mais famosas cidades da antiguidade, na costa setentrional da África, fundada cerca de 814-13 a.C. pelos fenícios, destruída pela primeira vez pelos romanos em 146 a.C. reconstruída pelos árabes em 698 d.C. Estava situada no Sinus Uticensis (moderno golfo de Tunes) e tinha dois portos: o militar e o de comércio, que comunicavam por um canal.

⁹² Nome latino de Cronos. Do grego *Krónos*. Filho do Céu e da Terra. É o mais jovem dos Titãs. A pedido da Terra, mutilou o pai e ocupou seu lugar no trono do universo. Esposou a titânia Cibele e teve Vesta, Ceres, Juno, Plutão e Júpiter como filhos. Ele os devorava assim que nasciam para evitar um prognóstico do oráculo que dizia que um deles o destronaria. Júpiter ofereceu-lhe uma droga que o fez vomitá-los. Após combate com Júpiter, auxiliado por outros Titãs, foi expulso do Olimpo e se instalou no Capitólio, onde fundou a cidade de Satúrnica.

⁹³ Creta é conhecida como Candia. A ilha fez parte do primeiro império romano em 1669 foi tomada pelos turcos que a conservaram até 1898.

⁹⁴ Capital da antiga Ática, metrópole da cultura grega antiga. Deve sua situação, certamente, à colina rochosa da Acrópole, que se eleva a cerca de 75 metros acima da planície Ática e que nos primeiros tempos serviu de cidadela, de resistência e de sítio dos Santuários. A constituição de Sólon (549) repartiu os cidadãos em quatro classes segundo a riqueza, fixou as atribuições das diversas assembleias, instruiu os tribunais populares e preparou assim o advento da democracia. As guerras contra os persas colocaram Atenas no primeiro lugar entre as cidades gregas. A guerra contra Esparta (Guerra do Peloponeso) destruiu o império marítimo de Atenas.

⁹⁵ Nome latino de Atená, do grego *Athená*. Uma das doze divindades do Olimpo. Filha de Júpiter e de Métis. Ao nascer, já investida de capacete e de armadura, emitiu um ressonante grito de guerra. Dotada de inteligência e sabedoria, Minerva tornou-se conselheira dos deuses, ajudando-lhes, particularmente, a vencer os Gigantes Palas e Encélado. Deusa guerreira, o que mais lhe interessava não era a batalha sangrenta, como a Marte, mas da arte bélica, de golpes executados com inteligência, da coragem inspirada por ideal. Seus atributos eram a lança, o capacete e a égide, em cujo centro estava fixada a cabeça da Medusa.

Mercúrio⁹⁶, entre outros casos particulares, em que são citados os ídolos romanos e os deuses gregos e cartagineses.

Há a reiteração, no décimo segundo parágrafo (l. 1212-1274), de que a religião católica é a única e verdadeira base dos reinos, cujos impérios não podem durar em sua ausência. Denominam-se as outras religiões, já referidas, como falsas, mesmo que tenham fundamentado monarquias. Traça-se o aparecimento de heresiarcas em diversas nações – Ário em Alexandria⁹⁷, Nestório⁹⁸ em Constantinopla, Priciliano⁹⁹ em Galícia¹⁰⁰, Ziska¹⁰¹ na Boêmia, Lutero¹⁰² na Alemanha e Calvino¹⁰³ na França – menos em Portugal, onde Pita diz nunca ter havido alterações na religião católica e cujos monarcas sempre foram os maiores defensores da Igreja Romana, o que o leva a afirmar

⁹⁶ Nome latino de Hermes, do grego *Hermês*. Uma das doze divindades do Olimpo. Filho de Júpiter e Maia. Seu nascimento, no monte Cilene, na Arcádia, traduz um rito iniciático. Dotado de muita inteligência. Inventor de uma lira. Tinha o Dom da adivinhação. Por fim passou a tutelar a eloquência.

⁹⁷ Cidade do baixo Egito, na margem NO. Do delta do Nilo, situada em uma costa baixa e arenosa dirigida de SO. A NE. Entre o mediterrâneo e o estreito de Mário.

⁹⁸ Pita está mencionando o patriarca de Constantinopla, prometido por Teodósio II, e heresiarca que nasceu na Germanícia (Síria) pelo ano 380 e morreu na Líbia em 451. Nestório foi discípulo de Teodoro de Mompúsestia em Antioquia.

⁹⁹ O letrado cita o herege espanhol do século IV que morreu decapitado por ordem do imperador Maximus em 385. Priciliano foi condenado à morte pelos bispos que participaram dos Concílios de Saragoça (381) e de Bordeaux (384).

¹⁰⁰ Galícia ou Galiza, região da Espanha. É de crer que no século VI a.C. entrassem na Galiza os celtas, cujas povoações afetaram a forma geral dos castros e citânias, como os que abundam no Minho. A Galiza foi invadida por romanos, por germanos (suevos e godos), por mulçumanos. A Galiza veio a ser reino autônomo de D. Garcia, filho de D. Fernando I, filho de Sancho, o maior.

¹⁰¹ Rocha Pita grafa “Cisca”. Entretanto, trata-se de João Ziska, herói nacional e chefe militar da seita religiosa dos Hussitas, na Boêmia do século XIV. Ziska nasceu em Trocnov em 1380. Acompanhou o rei Venceslau IV nas suas guerras, sendo que em uma delas perdeu um dos seus olhos, de onde lhe veio a alcunha, depois nome, de Ziska – “torto de vista”.

¹⁰² Religioso alemão que viveu de 1483 a 1556. Nasceu em Eisleben, Saxônia. Fundador da doutrina protestante em oposição ao catolicismo. Doutorou-se em teologia pela Universidade de Wittenberg. Em 1517, submeteu suas teses a debate e, em 1520, foi excomungado como herege pelo papa Leão X.

¹⁰³ João Calvino é o teólogo e reformador francês que viveu de 1509 a 1564. Nasceu em Noyon, Picardia. Junto a Martinho Lutero, foi um dos chefes da reforma protestante que abalou a Europa no século XVI. Exilado da França, estabeleceu-se em Genebra, Suíça, um dos centros do protestantismo na Europa. Calvino é autor de *Institution Chrétienne*.

que por estas virtudes Cristo fez a promessa de estabelecer o maior império em Portugal, sendo a décima sexta geração a do sereníssimo senhor rei D. Pedro II¹⁰⁴, monarca desta nação. Deste ponto em diante, seguiu-se toda uma justificação apoiada na genealogia da família real portuguesa, a começar por D. Sancho II¹⁰⁵.

Enumeram-se, no décimo terceiro e último parágrafo do segundo “Discurso” (l. 1275-1347), quatro “linhas” da família real portuguesa cujos descendentes ficaram inábeis da sucessão de Portugal por não fazerem parte do décimo sexto grau, uma vez que foram oriundos de casamentos entre a nobreza portuguesa e as estrangeiras de Castela, Áustria, Sabóia e Parma, sendo essas uniões proibidas pelas leis fundamentais do reino, instituídas nas cortes de Lamego¹⁰⁶. Somente D. Catarina¹⁰⁷ se fez benemérita da sucessão ao se casar com o duque D. João¹⁰⁸, que, ainda distante, conservava a mesma real baronia dos

¹⁰⁴ (1648-1706) Rei de Portugal. Nasceu em Lisboa. Era filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. Em 1701, firmou com Luís XIV um tratado de aliança em favor de Filipe V, da Espanha, anulando-o no ano seguinte, quando uma esquadra inglesa surgiu na costa portuguesa.

¹⁰⁵ Pita está se referindo a D. Sancho II, o Capelo que viveu de 1209 a 1248. Foi o quarto rei de Portugal. Filho de D. Afonso II e de D. Urraca. Nasceu em Coimbra e subiu ao trono com 13 anos. O reinado de D. Sancho II caracterizou-se por uma desordem social interna crescente, mas no plano externo a conjuntura revelou-se mais favorável. D. Sancho iniciou a fase de alargamento do território, favorecido pela estabilidade que se vivia com o vizinho reino de Leão. Empreendeu campanhas de reconquista, estendendo a região alentejana e o litoral algarvio. Lutou contra os mouros e conquistou várias praças. Foi deposto em 1245 em razão da instabilidade e da inabilidade política sua e de seus conselheiros.

¹⁰⁶ Lamego é cidade portuguesa.

¹⁰⁷ D. Catarina, duquesa de Bragança, foi esposa do 6º duque de Bragança D. João I, seu primo e co-irmão. Era filha do infante D. Duarte, duque de Guimarães (filho do rei D. Manuel) e da infanta D. Isabel, filha de D. Jaime I, 4º duque de Bragança. Era natural herdeira do reino por morte de D. Sebastião. Nasceu em Lisboa em 1563. Entre seus filhos contam-se D. Teodósio, 7º duque de Bragança e D. Alexandre, inquisidor geral e bispo de Évora.

¹⁰⁸ Pita não se refere ao fato de ser o D. João I, por outro lado em virtude de afirmar ser casado com D. Catarina, sabe-se pela historiografia ser o rei de Portugal que viveu de 1357 a 1433, chamado Príncipe de Boa Memória. D. João I era filho natural de Pedro I, o Cru. Fundou a dinastia Joanina ou de Avis. Cercando-se de homens como João das Regras e Nun’Álvares Pereira, o mestre de Avis, pôde derrotar o exército de João I de Castela em Aljubarrota (1385) e tomar conta dos mouros (1415). Entre seus descendentes, “a ínclita geração” – mencionada por Rocha Pita nas linhas 74, 1235 e 2072 do *Tratado Político* – incluem-se D. Duarte e D. Henrique, o Navegador.

monarcas portugueses. Narra-se a ameaça de ter um príncipe estrangeiro como regente, sofrida pela décima sexta geração, com a morte da infanta Isabel¹⁰⁹, filha de D. Pedro II. Esse relato tem a finalidade de ilustrar a vontade divina, a partir dos outros filhos gerados por D. Pedro II, de que estes deveriam não só permanecer em Portugal, mas se espalhar por todo o mundo, para cumprimento da promessa de Deus e as esperanças dos súditos portugueses.

E finalmente, o “Discurso terceiro” vai da linha 1348 à linha 2120 (p. 87 a 135) e contém 31 parágrafos. Percebe-se que o letrado compõe os dois primeiros “discursos” de forma a somar argumentos para este terceiro, que é o “discurso” fundamental para o propósito da escrita deste tratado, o auxílio de D. Pedro II a Carlos III¹¹⁰, rei de Áustria, na invasão a Castela.

O “Argumento” do primeiro parágrafo (l. 1350-1358) define as duas matérias que serão tratadas, sendo a primeira a tópica de ser “a guerra necessária não só para o aumento mas para a conservação das monarquias” e, a segunda, os motivos, tanto para o rei de Portugal ter rompido a paz com Castela e se ligar com outras nações para a defesa de seus reinos, quanto para ter invadido Espanha em favor do rei Carlos III, sem, no entanto, dizer quais são estes dois motivos.

No segundo parágrafo (l. 1359-1376), Rocha Pita enobrece a resolução de D. Pedro II de ter se conservado neutro frente às dissensões de Europa desde o início de sua regência até o momento da escrita do

¹⁰⁹ Trata-se de Isabel Luísa Josefa (D.). Princesa de Portugal. Nasceu em 6/1/1669 e morreu em 28/10/1690. Filha de D. Pedro II e de Maria Francisca de Sabóia. Foi proclamada herdeira presumtiva do trono português pelas cortes de Lisboa em 1674. Entretanto, lhe derrogaram o título por impedimento imposto pelas cortes de Lamego que não consentiam que príncipes estrangeiros cingissem a coroa portuguesa.

¹¹⁰ Carlos III é chamado “o Nobre”. Rei de Navarra que viveu de 1361 a 1425. Foi sucessor de seu pai, Carlos II, o Mau (1387). Seu governo foi calmo, justo e marcado pelas relações de amizade que manteve com os demais países da Europa.

tratado, comparável à paz que Cristo trouxe quando veio ao mundo. Compara a guerra de Castela com a Púnica entre Roma e Cartago, atribuindo à primeira maior crueldade.

O parágrafo terceiro (l. 1377-1398) traz a máxima política de que um rei que declara guerra por causas tão forçosas não só se fará mais justificado, porém mais glorioso, uma vez que só a ele compete o maior poder que é o de dar a paz e a guerra a seu próprio arbítrio. Apresenta dois exemplos de monarcas que deliberaram a paz ou a guerra quando assim julgaram apropriado.

Agora, no quarto parágrafo (l. 1399-1446), a máxima política apresentada é de que embora seja “a paz a maior felicidade que logram os homens, é incomparavelmente maior a glória que lhes resulta dos troféus de guerra”. Para fundamentá-la, o letrado cita casos de invejas ocorridos entre personagens com laços de parentesco, como Alexandre Magno, que ambicionava os triunfos de seu pai Filipe de Macedônia¹¹¹, e Tibério César, que matou seu sobrinho Germânico¹¹² pela inveja que sentia deste. A fundamentação se estende com a exemplificação de outros diversos capitães, como Júlio César¹¹³ e Carlos quinto¹¹⁴.

¹¹¹ Alusão ao pai de Alexandre, regente em 359 a.C., depois rei da Macedônia de 356 a 336 a.C. Filipe consolidou as fronteiras de seu reino e organizou um poderoso exército, vencendo as cidades gregas umas após outras. Impôs sua vontade à Grécia no congresso de Corinto, em 337 a.C., garantindo a direção da liga das cidades para si. Morreu assassinado em 336 a.C.

¹¹² Fora enviado em 14 d.C. para restaurar a supremacia de Roma, tentando subjugar as tribos germânicas. Como foi chamado por Tibério no meio de suas vitórias, não conseguiu tal feito.

¹¹³ Pita alude a Caio Júlio César Octaviano (100-44 a.C.). Homem de estado e general romano. No ano de 60 a.C., em conjunto com Pompeu e Crasso formou o primeiro triunvirato. Entre 58 e 50 a.C., conquistou a Gália e em 55 e 54 invadiu a Bretanha. Quando dos confrontos de Farsália, nos anos de 49 e 48, desferiu uma violenta derrota a Pompeu. Em 46, após um período de retiro no Egito, regressou a Roma como ditador. Nos idos de março de 44, foi assassinado por conspiradores.

¹¹⁴ Menção ao imperador do Sacro império romano e herdeiro dos domínios dos Habsburgos que viveu de 1500 a 1558. Carlos V foi também rei de Espanha como Carlos I por herança dos reis católicos Fernando e Isabel, pais de sua mãe. Era filho de Filipe de Borgonha e de Joana, a Louca e neto de Maximiliano I. Eram tantos e tão grandes seus territórios que costumavam dizer que no seu império o sol nunca se escondia. Sustentou diversas guerras contra Francisco I. Teve que tolerar o luteranismo, não conseguindo conter sua expansão.

A ideia de que o empreender a guerra é mais venerado do que a paz, por dar muito mais glória ao vencedor, é reiterada no quinto parágrafo (l. 1447-1481) com inúmeros exemplos de escudos de guerra utilizados pelos homens, desde os primeiros que os criaram, que não traziam pintados sinais de paz, nem hieróglifos¹¹⁵ civis ou instrumentos de deleite. Entretanto, são formados “dos despojos ganhados e adquiridos com excessivo esforço em rigorosas empresas já conseguidas contra valerosos homens”. Nesse sentido, há uma longa exemplificação de emblemas, cujo tema é a guerra, e não a paz, que se organiza em torno de ações particulares de caráter mitológico, e finaliza com a descrição do escudo utilizado na guerra entre as famílias dos Lancastres e lorques, na Inglaterra.

Inicia-se o sexto parágrafo (l. 1482-1534) com uma paráfrase da tópica deste discurso e com o comentário de que as nações que mais guerrearam foram as que com maior poder se constituíram. No entanto, adverte que as monarquias necessitavam empreender guerras externas não só para sua ampliação, mas também conservação, pois caso contrário correriam o risco de vivenciar guerras civis. É o caso de Roma que, embora tivesse a todos os demais reinos excedido no exercício militar, quando não havia mais a quem se opor, passou a viver conflitos internos, como as dissensões de Sila¹¹⁶ e Mário e as guerras travadas por Pompeu e César, que levaram à sua ruína.

¹¹⁵ O uso deste tipo de representação remonta o Egito antigo e várias localidades do Oriente antigo. Nos séculos XVII e XVIII era comum a circulação desta espécie de representação que constitui, ao lado dos emblemas e empresas, parte da gráfica pictórica de então.

¹¹⁶ Militar e político romano que viveu de 138 a 78 a.C. e foi líder da aristocracia republicana. Em 82, derrotou Mário, o democrata, pondo fim à guerra civil e, tornando-se ditador. Obteve grandes vitórias militares contra Mitridates. Quando o letrado diz sobre as dissensões está aludindo a guerra civil em que Mário e Sila participaram. Este episódio é copiosamente narrado na historiografia antiga como por exemplo em Plutarco, Tito Lívio e Tácito.

A mesma tópica é desenvolvida no parágrafo sétimo (l. 1535-1569) na particularização sobre o reino de Inglaterra que, enquanto manteve a guerra com os franceses, teve dentro de seus domínios a paz e a concórdia, porém conseguida a restauração e assentada a paz entre as duas coroas, voltaram os conflitos entre as famílias inglesas dos lorques e Lancastres (já citado no parágrafo quinto).

Em conformidade com o parágrafo anterior, da linha 1570 a 1605 (oitavo parágrafo), tem-se que, também, a França não se viu livre do dano e prejuízo acarretados pelas guerras civis, quando as externas contra a Itália cessaram, levando não só à morte de grande número de seus vassalos, como a de dois sucessivos reis, os Henriques terceiro e quarto¹¹⁷.

Desta forma, no nono parágrafo (l. 1606-1620), encerra-se a descrição sobre a França, com a afirmação de que os reis Luís XIII¹¹⁸ e XIV, este último contemporâneo do tratadista¹¹⁹, percebendo que a máxima de Estado de que a guerra é útil para a ampliação e conservação do reino (tópica do discurso), ocuparam os espíritos bélicos dos franceses em batalhas fora de seu país, nas quais obtiveram glória e fortuna. Baseando-se nos exemplos que apresenta, Pita reafirma a tópica do discurso, de modo parafraseado, mais uma vez.

¹¹⁷ Trata-se dos sucessivos reis de França, sendo que Henrique III, governou de 1574 a 1589 e era filho de Henrique II e de Catarina de Médicis, o último da Casa de Valois, conde de Anjou. Por sua vez Henrique IV, governou de 1589 até 1610. Cognominado O Grande, era o terceiro de Antônio de Bourbon e de Joana D' Albert.

¹¹⁸ Rei de França, filho e sucessor de Henrique IV. Nasceu em Fontainebleu em 1601, vivendo até 1643. Foi auxiliado pelo cardeal Richelieu, a quem nomeou chefe do conselho real contra a vontade de sua família. Fortaleceu o poder real e reuniu os estados gerais da França.

¹¹⁹ Sebastião da Rocha Pita deixa explícito que Luís XIV está no poder na data de escrita do *Tratado*, nas linhas 1608 e 1609: "Luizes 13 e 14, hoje reinante". Sabe-se que Luís XIV viveu até 1715, por esta indicação Pita pode ter de fato escrito o *Tratado Político* nesta data. Entretanto, o "hoje reinante" pode ser aplicado à data anterior.

O letrado dá início ao décimo parágrafo (l. 1621-1638) com a afirmação de Políbio de que Atenas era governada para o emprego da guerra, e tão melhor era este governo quanto mais guerras externas empreendesse, enquanto que na paz permaneciam desatentos e confusamente governados. Dá exemplos de *capitães* que alcançaram maior fama neste exercício (Pirro¹²⁰, Aníbal e Cipião na Ásia, África e Europa) do que os que promulgaram leis, como Trimegisto¹²¹, Minos¹²² e Licurgo¹²³, em Egito, Creta e Esparta.

A importância da educação dos príncipes direcionada para a guerra é abordada no décimo primeiro parágrafo (linhas 1639-1659), sendo função dos aios criá-los, desde tenra infância, com aspereza proporcional a seu trabalho. Este é o caso de Alexandre que foi criado por Leônidas¹²⁴ e teve em sua formação a experiência da caça, da cavalaria, dos jogos bélicos, e o de Tibério¹²⁵ que foi enviado a

¹²⁰ (316-272 a.C.) Pertence à linhagem de Aquiles e de Neoptólemo a quem sucederam vários reis seus descendentes. Esta linhagem é conhecida como pírridas, porque esta personagem quando criança ostentava o epíteto de Pirro, o “vermelho”. Pirro é filho direto de Ftia e de Eácides. Nunca se dedicou a outra arte que a da guerra, para ele a mais digna de um rei. Desprezava as demais, considerando-as meros passatempos. Empreendeu várias batalhas e foi morto em uma delas.

¹²¹ Trata-se de Mercúrio Trimegisto. É o Mercúrio egípcio. Comparável a Sólon, legislador em Atenas.

¹²² Alusão ao filho de Júpiter e Europa que sucedeu Astério, seu pai adotivo, no trono de Creta. Quando seus irmãos Sarpedão e Radamanto contestaram esta herança, Minos respondeu que o reino lhe tinha sido destinado pelos deuses. Acrescentou que tudo que pedisse às divindades lhe seria concedido. Foi considerado o primeiro civilizador de Creta.

¹²³ O letrado menciona o legislador espartano do século IX a.C. que modificou a constituição de seu país para transformar Esparta em uma nação de soldados.

¹²⁴ Rei de Esparta que assumiu o poder provavelmente em 488 ou 489 a.C., durante a segunda guerra greco-pérsica. Foi considerado o maior herói entre os espartanos, tendo demonstrado sua coragem na batalha das Termópilas.

¹²⁵ Menciona-se Tibério Cláudio Nero (42 a.C. – 37 d.C.). Imperador romano filho de Agripina que foi enteado e, desde 14 d.C., sucessor de Augusto. Governou cautelosamente, no entanto o seu reinado ficou marcado pelo incidente dos julgamentos por traição e conspiração. Influenciado e encorajado por Sejano, Tibério deu voz aos seus receios de assassinato. O mesmo muito contribuiu para a partida do imperador para Capri, de onde nunca mais saiu.

Druso¹²⁶ para estudar a guerra pela experiência de passar sua infância em campanha, como outros príncipes que também mandavam educar seus filhos, com este mesmo propósito.

O décimo segundo parágrafo (l. 1660-1676) é crucial na organização do terceiro “Discurso”, pois ocasiona uma nítida divisão (não observada nos anteriores) em dois momentos distintos da argumentação preparatória para a conclusão deste discurso, com o intuito de provar ter sido devida a ajuda de D. Pedro II ao rei Carlos III, na invasão de Castela. Esta divisão ocorre na presença das ideias d’“o justo temor que se deve ter do aumento e opulência dos vizinhos e d’a generosa ação de restituir a um príncipe amigo católico e parente a um reino que por tantos títulos lhe pertence”, ambas, embora previstas no argumento, explicitam agora os motivos com que o rei nosso senhor rompeu a paz de Castela, constituindo-se como tópicos do restante do discurso.

A partir da linha 1677 até a 1878 (do décimo terceiro ao vigésimo parágrafo), o tratadista inicia a narração das ações que comprovam e exemplificam o primeiro ponto, que é o temor que o monarca deve ter do aumento dos reinos vizinhos ao seu, pela longa particularização de guerras ocorridas em virtude da inveja do poder. Por outro lado, da linha 1879 até a 1961 (do vigésimo ao vigésimo quinto parágrafo) para fundamentar sua argumentação, Pita descreve vários episódios em que príncipes católicos prestaram auxílio a outros, sendo estes infiéis ou não¹²⁷. A partir desta longa exemplificação, justifica e descreve a ajuda de D. Pedro II ao rei Carlos III, de Áustria, na guerra a Castela.

Sendo assim, com relação ao primeiro ponto, faz referências no décimo terceiro parágrafo (l. 1677-1691) às guerras ocorridas entre

¹²⁶ Refere-se a Druso César (c. 13 a.C. – 23) General romano, filho de Tibério César e Vipsânia. Dominou uma insurreição de legiões romanas na Panônia e governou o Ilírico. Este episódio ocorrido entre o pai e o filho também é narrado por Tácito nos *Anais*.

¹²⁷ Católicos ou não.

os gregos contra Tróia, os rútuos contra os latinos, os albanos e sabinos com os romanos, os persas com os armênios e os chineses com os tártaros.

No décimo quarto parágrafo (l. 1692-1724), há uma introdução a respeito da disposição, poder e opulência dos domínios espanhóis, e sobre a inveja que os reis cristãos sentiam uns dos outros da união de Leão a Castela, de Castela a Aragão, Catalunha a Aragão e de França a Navarra. Reforça a ideia de que Portugal, apesar de se ver temeroso com o aumento de Espanha, sempre teve reis invencíveis, confiou no valor de seus vassalos e se assegurou com maior força nos repetidos vínculos de parentesco.

É reiterada, no décimo quinto parágrafo (l. 1725-1748), a ideia do ciúme e temor que sempre tiveram os príncipes, ao citar os italianos, que sentiam o aumento de seus vizinhos, tanto internamente, como no caso da guerra contra os duques de Milão e os reis de Nápoles, como externamente, quando se uniu a estes, na defesa contra França, cujos domínios haviam crescido após terem invadido a Espanha.

No décimo sexto parágrafo (l. 1749-1769) é brevemente narrada a guerra ocorrida entre a república veneziana e seus estados vizinhos, comandados por Júlio II¹²⁸, em razão do ciúme provocado por esta república ao ter alcançado seu maior auge desde sua fundação.

Narra-se, no décimo sétimo parágrafo (l. 1770-1803), a vontade de Luís XI¹²⁹, rei de França, de abater e arruinar as casas de Borgonha

¹²⁸ Referência a Júlio II, Pontífice. Papa de 1503 a 1513. Formou a Liga da Cambrai com a Áustria, a França e a Espanha, para contrabalançar o poder de Veneza. Iniciou a construção da Basílica de São Pedro e fundou o Museu do Vaticano.

¹²⁹ Rocha Pita menciona o rei da França, filho e sucessor de Carlos VII que nasceu em Bourges em 1423 e morreu em 1483. Fortaleceu o poder real mediante intriga e suborno, lutou contra Carlos, o Temerário. Anexou a Borgonha e a Picardia, sendo considerado por muitos como artífice da "unidade nacional".

e Flandres, que o ameaçavam, e que somente foi alcançada após a morte de Carlos, o Bravo, duque destes estados. Por ter sido sua vitória de forma não conquistada, o monarca preferiu não incorporar estes estados à casa de França, através do casamento de seu filho com a filha herdeira do duque, com o risco de, a partir desta linhagem, novas batalhas internas pudessem surgir. Segundo a narrativa, o rei de França prefere a conquista de outras casas vizinhas, deixando as duas primeiras livres para a invasão alemã para torná-las enfraquecidas e desunidas, cessando, assim, os temores de França.

O letrado faz uso de dois exemplos no décimo oitavo parágrafo (l. 1804-1822) para continuar justificando os motivos que levaram os reinos a empreender a guerra pelo temor do aumento do poder de seus vizinhos. No primeiro exemplo, tem-se o caso dos imperadores de Constantinopla que, após guerra com a Grécia, invadiram os reinos de Sicília e Nápoles, desunindo-os e forçando-os a se entregar aos aragoneses, por serem, estes últimos, menos poderosos, tornando a vizinhança mais segura. Cita, no segundo, a ajuda dos florentinos ao duque de Milão na conquista da república veneziana, de modo a evitar que esta se tornasse senhora de quase toda a Itália.

O décimo nono parágrafo (l. 1823-1853) é o penúltimo da primeira parte da divisão ocorrida no terceiro “Discurso”, cuja importância se verifica ao justificar a declaração de guerra de Portugal a Castela. É composto a partir de uma máxima de estado – “trabalhar no abatimento da vizinhança poderosa” – que é uma paráfrase do primeiro ponto apresentado no décimo segundo parágrafo. Salienta o poder que a Espanha sempre exerceu sobre toda a Europa, mesmo quando fazia oposição à França, e mais ainda quando estes dois reinos se uniram, fazendo com que Portugal, com temor desta vizinhança, introduzisse a guerra em Castela, com o

apoio da Inglaterra e Holanda¹³⁰. Ainda, com o objetivo de valorizar a atitude portuguesa de não esperar que a guerra ocorresse em seus domínios, o letrado traz à memória os exemplos mitológico e romano, colocados como semelhantes à invasão de Espanha¹³¹, da vitória de Perseu¹³² em terras estrangeiras com o auxílio de Palas¹³³, e de Roma que enviou Cipião à África, para *saúde* de sua república. Metáfora do reino como corpo. Rocha Pita mantém política, historiográfica e moral do costume (*consuetudo*) que concebe a monarquia como um corpo e as ações em seu benefício como remédios. Esta tópica potencializa o sentido dos discursos de aconselhamento, deliberativos.

Pita, no vigésimo parágrafo (l. 1854-1878), vale-se do argumento de autoridade de Justino¹³⁴, ao fazer o relato dos exemplos particulares de

¹³⁰ Sebastião da Rocha Pita refere-se, no *Tratado*, a uma liga de nações feita antes da guerra a Castela, podendo-se inferir que seja a aliança feita com Inglaterra e Holanda em 1703 em favor do rei Carlos III de Áustria.

¹³¹ Lembro que esse tipo de comparação é recorrente na prosa histórica dos Seiscentos e Setecentos ibéricos.

¹³² Do grego *Perseús*. Filho de Júpiter e Dânae. Seu avô era rei de Argos e o encerrou em uma arca de madeira junto a mãe, lançando-os ao mar. Na ilha de Sefiro, após libertá-los, o pescador Díctis (etimologicamente, a rede) o educou. Perseu foi incumbido por seu pai adotivo (Polidectes), rei desta ilha, de buscar a cabeça de Medusa, sendo protegido por Minerva e Mercúrio nesta empresa.

¹³³ Epíteto ritual de Minerva. Era filha do deus Tritão. Palas e a deusa exercitavam-se juntas na arte da guerra, mas um dia, puseram-se a lutar entre si. No momento em que Palas ia atingir Minerva, Júpiter interpôs-se, elevando sua égide. Assustada, a jovem não pode aparar o golpe da adversária e foi mortalmente ferida. Em sua homenagem, Minerva adotou o epíteto de Palas, e fabricou, consoante uma variante tardia, em nome da morta, o Paládio.

¹³⁴ Historiador romano do tempo dos Antoninos. No século II da era cristã. Escreveu uma *Historiae Philippicae*, em 44 livros que se tem como adaptação modernizada para o tempo da vasta *Historiae Totius Mundi*, de Pompeu-Trogus, contendo a crônica do império da Macedônia desde sua origem. A história de Justino é uma das “fontes” para a narrativa das campanhas de Alexandre Magno, tendo-se imposto aos leitores pela elegância e vivacidade do seu estilo. Esta obra teve uma edição *princeps* em 1470. A primeira edição é a inglesa de 1564, posteriormente teve uma outra em 1677 (*Ad usum delphinum*). Justino caracteriza-se como *auctoritas* de Rocha Pita.

Davi¹³⁵ e Marco Antônio¹³⁶, monarcas que, por esperarem a guerra em casa, acabaram por perdê-la. Encerra a descrição fazendo uso das *regras de milícia* do imperador Leão¹³⁷, de que a guerra deve ser ofensiva, sempre que possível travada em terras estrangeiras, e retoma as ideias de Justino, ao afirmar que, “quem assalta vai com maior ânimo do que quem espera”.

Quanto ao segundo ponto apresentado no décimo parágrafo, que é o da “generosa ação de dar ajuda a um príncipe que se vai valer da amizade do outro e buscar seu favor”, observa-se no vigésimo primeiro parágrafo (l. 1879-1889) a afirmação de que é próprio da grandeza dos reis não faltarem a esta virtude, não só por magnanimidade, mas por obrigação.

O letrado questiona no vigésimo segundo parágrafo (l. 1890-1897) o valor de toda a majestade do rei de Bitínia¹³⁸ e de Ptolomeu¹³⁹, rei de Egito, que se negaram ao auxílio de Aníbal e Pompeu, respectivamente.

¹³⁵ Não se trata do Davi bíblico, pois a cronologia não confere.

¹³⁶ Cita-se o político e soldado romano que combateu na Gália ao lado de Júlio César e viveu de 83 a 30 a.C. No ano de 44, como cônsul, procurou garantir o título de rei para César. Após o assassinato deste, formou, com Lépido e Octaviano (mais tarde Augusto), o segundo triunvirato. Em Filipos, no ano de 42, derrotou Bruto e Cássio. O Egito foi-lhe atribuído simultaneamente com a parte do império que lhe cabia. Manteve uma relação amorosa com a irmã de Octaviano, Octavia. Declarada a guerra a Cleópatra e a Marco Antônio pelo senado em 32, foram ambos vencidos em 31, na batalha de Ácio. Suicidou-se.

¹³⁷ Provavelmente, trata-se de Leão VI, o Filósofo ou Sábio. Imperador de 886 a 912, cujo reinado foi agitado. Promulgou algumas leis que ele próprio compôs e foram fixadas em *Tratado de tática*, *Homílias* e *Oráculos*. Rocha Pita se refere a uma suposta obra denominada *Regras de Milícia* que deve ser a mencionada a cima.

¹³⁸ Antigo reino da Ásia Menor, ao sul do Ponto-Euxino, ao Norte da Gália e da Frígia. A E. era limitada pela Paflagônia e a O. pela Mísia.

¹³⁹ Trata-se de Ptolomeu XII, rei do Egito, filho de Ptolomeu XI. Ascendeu ao trono em 51 a.C., e foi casado com sua irmã Cleópatra, a quem mais tarde afastou do poder. Morreu afogado no Nilo, quando lutava contra César, que reintegrou Cleópatra no trono.

O vigésimo terceiro parágrafo (l. 1898-1913) inicia-se com o comentário geral acerca dos príncipes católicos nunca terem duvidado da gloriosa ação de “acudir a um príncipe despojado ou ofendido”, mesmo sendo este infiel, particularizando-o, em seguida. Assim o fizeram, D. Afonso de Castela¹⁴⁰ ao rei de Sevilha¹⁴¹, o imperador Carlos V ao rei de Túnis¹⁴² e o rei D. Sebastião¹⁴³ ao de Marrocos¹⁴⁴.

¹⁴⁰ Há vários Afonso de Castela, entre os quais o VI, o VII, o VIII e o X. Pelo trecho não foi possível inferir de qual se trata.

¹⁴¹ Pita menciona como rei de Sevilha Aben Hamet. Encontrei a personagem *Aben*, como “o filho de”, em línguas semíticas e *Hamet* como sendo o mouro do século XVIII, filho de um secretário do rei Mequinez que matara seu príncipe em legítima defesa e fugira para Mazagão. *Hamet* chegou a Lisboa em 1720. D. João V considerou-o criminoso arrependido; viu-o cheio de tendências de conversão ao catolicismo, o que foi decerto o seu melhor empenho para ser perdoado. Recolhido no seminário de S. Patrício, aprendeu o catecismo e se dedicou a receber o batismo. Recebeu o nome de João de Deus, sendo os reis os seus padrinhos. Portanto a personagem de que Pita fala é o filho deste mouro.

¹⁴² Trata-se de Mulei Hassem, ao qual Pita grafa Muleasses.

¹⁴³ (1554-1578) O Desejado. Rei de Portugal, neto de D. João III. Era filho do infante D. João e de D. Joana de Áustria, filha de Carlos V de Espanha. Somente ascendeu ao trono após atingir a idade de 14 anos, após morte de seu avô. D. Sebastião morreu na célebre batalha de Alcácer Quibir com apenas 24 anos, deixando a questão da sucessão em aberto novamente. Em agosto de 1574, o rei foi pela primeira vez a Marrocos, sem sucesso. Nos anos seguintes, preparou a grande expedição contra o xerife marroquino, episódio que Rocha Pita se refere. D. Sebastião procurou o apoio papal e de seu tio, Filipe II, que o tentou demover até o fim e com quem se encontrou em Guadalupe. D. Sebastião recuperou Arzila e conduziu-se a morte nos campos de Alcácer Quibir. O seu desaparecimento originou o chamado sebastianismo, um dos mitos mais duradouros da história de Portugal com a crença de seu regresso em uma manhã de nevoeiro. Este sebastianismo faz com que o caráter providencialista na concepção de história dos séculos XVII e XVIII lusobrasileiros ficasse ainda mais evidente na leitura do *Tratado Político*. Este episódio de Alcácer Quibir, ao lado da batalha de Ourique, é recorrente não só em Rocha Pita, mas em Padre Antônio Vieira, da *História do Futuro*, entre outros letrados.

¹⁴⁴ O letrado está apontando para Abd-El-Melek Ben Mohamed-Achchack, conhecido como Mulei Maluco, porque os portugueses no oriente sempre traduziram *ulk-Mulk* (chefe, governador) por Maluco. Imperador de Marrocos de 1576 a 1578. Quando soube da ascensão de seu irmão Abdallah ao trono, fugiu para Argel onde se conservou até a morte daquele. Conseguiu que o rei da Turquia, Amurat III, desse-lhe uma carta para os habitantes de Argel em que lhe recomendava que o auxiliassem na sua empresa contra Marrocos. Depois de vencer seu sobrinho Mahamed, sucessor de Abdallah, entrou em Fez. Mohamed, apesar de novamente derrotado junto de Salé, reconquistou o trono à Espanha e a Portugal. Filipe II desatendeu as suas pretensões, mas D. Sebastião aproveitou o ensejo para realizar a sua sonhada expedição a Marrocos, onde foi desbaratado e morto. Cf. nota anterior. Abd-El-Melek que, ao que parece, fora envenenado, morreu durante a batalha.

Tendo-se referido à ajuda prestada aos príncipes “infiéis”, o tratadista confere no vigésimo quarto parágrafo (l. 1914-1938) maior valor aos auxílios realizados por reis a outros igualmente católicos. Estes auxílios versam sobre Maximiliano I¹⁴⁵, empreendedor da restauração do ducado de Milão aos filhos de Ludovico Sforza¹⁴⁶ e, Luís XII¹⁴⁷, rei de França, conquistador do reino de Navarra para Henrique de Labrit¹⁴⁸.

Segue, no parágrafo vigésimo quinto (l. 1939-1961), com os socorros de Francisco, duque de Bretanha, ao conde de Aquimunda e os de Jorge Castrioto, imperador de Albânia, a Fernando, rei de Nápoles¹⁴⁹.

Após oito episódios (nos quatro últimos parágrafos) em que são descritos o valor e a glória de um nobre prestar auxílio a outro – nos quatro primeiros apenas exemplificadas as ações sucedidas e, nos demais relatadas as históricas e particulares eventos –, o texto contido entre as linhas 1962 e 1975 (parágrafo vigésimo sexto) desperta a atenção para as razões que levaram D. Pedro II a ajudar e socorrer o rei Carlos III. O “Discurso” vinha, até este ponto, enumerando “estas” razões precisas para proceder no auxílio a reis e tratando do apoio de um católico a outro católico. Neste parágrafo, além “destas”, como se

¹⁴⁵ Menciona o imperador do Sacro Império Romano que nasceu em 1459 e morreu em 1519. Filho de Frederico III. Consolidou a união das possessões de seu país.

¹⁴⁶ Trata-se de Luís Maria Sforza. Político milanês, também conhecido como Ludovico, o Mouro. Nasceu em 1451 e morreu em Loches em 1508. Era filho de Francisco Sforza, duque de Bari e de Branca Maria Visconti. Pertenceu a liga concluída entre o papa Alexandre VI, o imperador Maximiliano I e o rei de Espanha Fernando V para lutar contra os turcos.

¹⁴⁷ (1462-1515) O “Pai do povo”. Rei da França a partir de 1498, quando subiu ao trono em substituição a Carlos VIII. Nasceu em Blois. Chefiou a fracassada revolta contra a regente Ana de Beaujeu, mas distinguiu-se nas lutas contra a Itália em 1494.

¹⁴⁸ Provavelmente Pita se refira a Henrique D’Albert.

¹⁴⁹ Trata-se de Fernando II que viveu de 1469 a 1496. Ascendeu ao poder em 1495, com a abdição de seu pai Afonso II. Com ajuda de Gonzalo de Córdoba, expulsou os invasores franceses.

não bastassem, uma maior razão é acrescentada, que é o fato de ambos serem descendentes da mesma linhagem da casa real portuguesa. Enaltece a virtude que todos os antecessores de Carlos III professaram na religião católica, desde o primeiro imperador de Áustria.

Faz, no vigésimo sétimo parágrafo (l. 1976-2008), narração das ações que levaram a casa de Áustria a ser eleita por Deus como a maior coroa da Terra¹⁵⁰, desde o início de sua fundação, sendo perpetuada sucessivamente desde Frederico III¹⁵¹, até o senhor imperador Leopoldo I¹⁵², sendo esta a augustíssima casa real mais respeitada em toda a Alemanha.

No início do vigésimo oitavo parágrafo (l. 2009-2034), Pita declara que nunca houve imperadores mais cristãos e defensores da Igreja que os encontrados na Casa de Áustria e reafirma essa constância na religião católica ao deixar claro que desta jamais saíram heresiarcas, como é o caso da Alemanha, sendo comuns os motivos de união entre D. Pedro II e Carlos III, por seus vínculos de sangue, em pelo menos quatro “linhas” sucessórias.

Da linha 2035 até a 2061 (parágrafo vigésimo nono) tem-se o desenho da genealogia de Carlos III, a partir das quatro “linhas” sucessórias

¹⁵⁰ Noto que a designação utilizada, neste caso, é semelhante àquela atribuída à coroa de Portugal, por ocasião de D. Afonso Henrique, na Batalha de Ourique (“Discurso segundo”, parágrafo quinto). Percebo ser a narração também muito semelhante, seu início principalmente. Por que haveria dois reinos de ser aclamados por Deus como maior coroa da Terra, a não ser pelo fato de ambos terem ligações genealógicas como aconteceu entre a casa de Áustria e Portugal?

¹⁵¹ Alusão ao imperador do Sacro Império Romano filho de Ernesto de Habsburgo, duque de Estíria e Catarina. Frederico III nasceu em 1415, em Innsbruck, Áustria e morreu em 1493. Envolveu-se em guerras civis e internacionais.

¹⁵² Leopoldo I. Imperador do Santo Império Romano Germânico. Esteve no poder de 1658 a 1705. Nasceu em 1640. Era o segundo filho do imperador Fernando III e de sua primeira mulher, Maria Ana, filha de Filipe III de Espanha. Foi eleito imperador em Fracfort em 1658. Esteve em antagonismo com o rei Luís XIV de França. Seu reinado esteve em guerra a maior parte do tempo. Foi aliado da Polônia contra Carlos X da Suécia. Esteve envolvido na guerra de sucessão da Espanha.

portuguesas (as de D. Duarte¹⁵³, D. João I, D. João, infante de Portugal¹⁵⁴ e D. Manoel¹⁵⁵) e Frederico III de Áustria.

A partir da linha 2062 até a 2119, os dois últimos parágrafos do terceiro “Discurso” apresentam a conclusão do tratado, embora este tenha em cada um dos seus “discursos” conclusões preliminares do texto como um todo, e particulares de acordo com estas partes. Nesse sentido, o trigésimo parágrafo (l. 2062-2078) sintetiza na expressão “a estes fundamentos políticos” os inúmeros e incontáveis exemplos, acompanhados de seus devidos argumentos, que louvaram a resolução de D. Pedro II em romper a paz e declarar guerra a Castela, entendendo-se que são encontradas nessa atitude “as mais sutis políticas de estado” e “os melhores dogmas do governo das monarquias”, virtudes descritas pelo texto como herdadas por D. Pedro II de todos os seus antecessores.

Em contrapartida ao concurso de prerrogativas que levaram à ação de D. Pedro II, o texto, no trigésimo primeiro parágrafo (l. 2079-2119), encerra com as alegorias da navegação¹⁵⁶ e da astrologia em relação ao governo das armas, para transmitir a ideia de que é necessário não só seguir o que foi determinado pela Providência, mas também se guiar através dos acontecimentos temporais, em um equilíbrio destes dois poderes, sem nunca deixar de buscar em Deus a fundamentação para as ações virtuosas, visto que Ele sempre as glorificou. Fica patente

¹⁵³ Chamado o “Eloquente”. Foi rei da segunda dinastia e o 11º rei de Portugal. Filho de D. João I, rei de Portugal, e de D. Filipa de Lancastre, rainha de Portugal. Nasceu em Viseu em 1391, e morreu em Tomar em 1438. Casou-se com Leonor de Aragão e teve com descendentes João, Filipa, Afonso, Maria, Fernando, Leonor, Duarte, Catarina e Joana.

¹⁵⁴ Filho de D. João I e de D. Filipa de Lancastre. O menos notável dos da “ínculta geração”. Nasceu em Santarém em 1400, e morreu em Alcácer do Sal em 1442. Foi o 3º condestável do reino, sucedendo a D. Nuno Álvares Pereira, e administrador da Ordem de S. Tiago.

¹⁵⁵ Manuel I. Rei de Portugal de 1495 a 1521. Nasceu em Alcochete em 1469. Filho do infante D. Fernando (duque de Viseu, filho do rei D. Duarte e irmão de D. Afonso V) e da infanta D. Beatriz, filha do infante D. João e neta de D. João I. É o rei dos “Descobrimentos”.

¹⁵⁶ Alegoria copiosamente encontrada desde Horácio, das *Odes*.

a noção de que a guerra a Castela foi empreendida, além dos motivos da tópica desse discurso (argumento do “Discurso terceiro”, parágrafo primeiro, l. 1350-1358), por razões providenciais.

Em síntese, Sebastião da Rocha Pita escreveu um tratado político com objetivo de justificar a ação de D. Pedro II no rompimento de paz com Castela em favor do rei Carlos III. Para tanto, a linha de raciocínio é silogística, podendo-se entender o “Primeiro discurso” como sendo uma premissa maior – só no equilíbrio das potências é possível conservar o mundo – o segundo, como uma premissa menor – a escolha de Portugal para ser o maior império do mundo equilibra as potências – e o terceiro, como uma conclusão – Portugal deve declarar guerra a Castela para a conservação do mundo. Para Aristóteles o silogismo retórico é o entimema usado na oratória e na poesia para levar a audiência à dedução e, conseqüentemente, a persuadir (ARISTÓTELES, *Retórica*. I, 2, 6).

Entretanto, este mesmo expediente retórico pode ser observado na organização de cada um dos três “discursos”. No primeiro, após apresentar a premissa maior de que os homens erigiram reinos, os quais vieram a se arruinar devido à sua ambição de governar o mundo todo e não de o equilibrar em potências distintas com limites próprios, e pela falta de fundamentação na religião católica, na premissa menor são demonstrados e exemplificados exaustivamente casos particulares em favor desta afirmação, concluindo-se que a conservação do mundo só pode ser obtida através do equilíbrio das repúblicas. No “Segundo discurso” toda uma afirmação em chave teológica é utilizada, a partir da premissa maior de que Deus escolhe os reinos constantes na fé católica, para defender a ideia de que Portugal sempre teve constância e fidelidade, únicas, na religião católica, concluindo, portanto, que Portugal foi o escolhido, entre tantos outros reinos, para ser o maior império do mundo.

Assim, pode chegar a seu propósito já afirmado, no “Argumento” do “Terceiro discurso”, com a premissa maior de que as guerras são necessárias para aumento e conservação das monarquias, sendo que o letrado discorre na premissa menor a respeito de Portugal ter empreendido uma guerra justa a Castela e conseqüentemente, que a monarquia portuguesa será conservada. Ocorre que, dentro da premissa menor do rompimento de paz com Castela, Pita repete a técnica do silogismo, de forma a provar que apesar de D. Pedro II sempre ter se conservado neutro frente às dissensões em Europa, um rei pode declarar a guerra quando julgar justo e necessário, por ser esta uma prerrogativa do governante, além de ser a guerra gloriosa a quem a empreende e ter fortalecido todos os impérios que a fizeram. Dessa forma, a declaração de guerra torna D. Pedro II mais glorioso e justo, além de mais fortalecido o reino de Portugal. Como se não bastasse, é feito o desmembramento desta premissa menor em dois novos silogismos, para fundamentar a justificativa tanto do emprego da guerra a Castela, como da ajuda ao rei Carlos III. No primeiro, mostra que todos os impérios que temeram o aumento dos vizinhos declararam guerra fora de seus reinos. Como Portugal se viu temeroso do aumento de Castela, declarou a guerra. No segundo, apresenta uma vasta exemplificação, acerca da tópica da guerra justa, de ser próprio da grandeza de um rei dar ajuda a um príncipe católico, da mesma linhagem e amigo. Como Carlos III é um rei católico e descendente da casa real portuguesa, a atitude de D. Pedro II é grandiosa.

As tópicas que figuram no *Tratado político* se encaminham desde o início do texto em tom de elogio e troca de favores do letrado ao vice-rei¹⁵⁷ e à cabeça do Estado¹⁵⁸ em uma relação que mantém e

¹⁵⁷ O marquês de Angeja, d. Pedro Antônio de Noronha.

¹⁵⁸ D. Pedro II.

repõe a hierarquia monárquica. O texto pode ser lido como um espelho de príncipes de fundo providencialista e corporativista.

Verifica-se, no *Tratado político*, uma história que se projeta em ações sucedidas e particulares, *in ordo naturalis*, por uma primeira pessoa, que é singular e plural. O sentido de tal concepção pode ser identificado inclusive como o de “átomos providenciais” (PÉCORA, 1994, p. 160) que reafirmam a Igreja Católica e o poder monárquico, por meio do elogio a uma resolução do rei de prestar ajuda e apoio a outro rei católico e da mesma linhagem. O elogio se constrói também em pequenas partículas da providência pulverizadas ao longo do texto, em especial no “Discurso Segundo”, toda vez que Pita argumenta em chave católica corporativista, como uma espécie de providencialismo corporativista.

A história, nos séculos XVII/XVIII, define-se, pois, pela diferença no modo de imitar da narração, em contraposição à poesia. Sendo assim, João Adolfo Hansen afirma, a partir de Michel de Certeau, que

desde a *Poética* de Aristóteles, o discurso da história foi diferenciado do da ficção não propriamente pelo compromisso de dizer a verdade sobre o passado, antes pelo compromisso de afirmar que a história é uma versão do passado despojada de ficção. Isto é, pretendendo dizer a verdade do tempo, mas não podendo assumir com todas as letras a pretensão de ser verdadeiro, o discurso da história constituía ficção como irrealidade e, pelo avesso da constituição, o irreal da ficção o define como real: “foi assim”. A mesma distinção aristotélica de *história/poesia* supunha, porém, que tanto o historiador quanto o poeta aplicam esquemas retóricos nos discursos que narram. Usam *endoxa, topoi* ou

lugares comuns que, nos *Tópicos I*, Aristóteles define como *opináveis*, opiniões que parecem verdadeiras para todos os sábios ou para a maioria deles e que devem ser aplicadas para a constituição do evento no discurso. Ou seja: os *endoxa* formulam os *mythoi*, os discursos que são o *a priori* do discurso historiográfico ou poético, pois definem a plausibilidade do que se narra conforme a opinião, fazendo com que o narrado se assemelhe ao que é tido como um acontecimento verdadeiramente visível e dizível. Obviamente, o mesmo Aristóteles propõe, os *opináveis* da história distinguem-se dos da poesia, pois são enunciados de existência, enquanto que a poesia opera com enunciados de essência. Mas ambos aplicam *opináveis* para constituir os eventos que narram (HANSEN, 1994, p. 14).

O *Tratado político* é um exemplar de prosa histórica, acadêmica e inscrita no gênero epidítico, é uma técnica, um fazer (*téchne*), pela narração do encômio e de ações sucedidas e particulares em verossimilhança a muitos casos idênticos conhecidos pela recepção.

Faz, portanto, a atualização do modelo antigo das autoridades, em favor da persuasão, num gênero que prescreve o *docere*, ao repetir aquilo que se sabe, em uma espécie de reconhecimento, de revelação do que estava encoberto, de representação, como uma rerepresentação que visa a “saúde” do “corpo” político.

Rocha Pita rerepresenta, revela e representa o destino de Portugal, a vocação prognosticada para que este reino seja “a maior monarquia do mundo”, a “eleita”, segundo escolha e desígnio de Deus. Podem ser identificadas várias partículas de providencialismo e de corporativismo no *Tratado político*. Concepção homóloga e ideia de história providencialista acham-se principalmente em Vieira e em *auctoritates*

bíblicas não mencionadas diretamente por Rocha Pita¹⁵⁹, mas subjacentes à sua escrita e citados nominalmente por Padre Antônio Vieira na *História do futuro*. Como demonstrei, o segundo discurso do *Tratado político* é escrito do início ao fim em chave providencialista. Nele se verificam os fundamentos para que Portugal seja considerado o escolhido de Deus para formar “tão grande império”¹⁶⁰.

No mundo católico, a questão teológica do providencialismo fundamenta questões políticas, como as da expansão e da conversão dos gentios. Nele, os eventos históricos são o lugar específico de Deus, isto é, um *topos* causal, uma teleologia que fundamenta o providencialismo, por ser Deus a condição de possibilidade de tudo, inclusive das práticas de representação que são signos Dele. A sucessão dos dias, por exemplo, é histórica (é história) e crônica da providência que atualiza, a cada momento, os acontecimentos históricos. Articulação de um relato inspirado (iluminado).

No *Tratado político*, veicula-se uma noção católica comum e bastante difundida nos séculos XVII e XVIII, que é a da luz da Graça. A questão da luz é uma analogia tomista da causa e efeito. Rocha Pita fez do discurso efeito segundo de uma Causa Primeira. Em termos teológicos, a história é efeito, causa segunda, signo análogo de Deus. A história se subordina ao tempo e é indiretamente produto de Deus, ação da humanidade e a providência em palavras. Deus produziu o livro da natureza. O homem escreve segundo essa perspectiva. A história é signo profético de Deus, cujo modelo é fornecido por Abraão, Davi, Salomão, Cristo. Na dedicatória do *Tratado*, Rocha Pita se inventa como sombra da figura real ao postular que seus escritos são

¹⁵⁹ A não ser o profeta Daniel citado no “Prólogo”.

¹⁶⁰ Linhas 735-736, p. 47.

sombras que necessitam de luz e ao pedir iluminação ao interlocutor dos textos. Segundo João Adolfo Hansen, de um modo geral,

os teólogos leram estas marcas de Deus no mundo e nos textos segundo três graus de proximidade: a *sombra*, representação confusa e distante de Deus; o *vestígio*, representação distante, mas distinta; a *imagem*, representação próxima e distinta. Desta tripartição, recorre outra distinção: uma criatura é a sombra de Deus pelas propriedades que se referem a Ele, sem que se especifique o gênero de causa pelo qual Ele é considerado; o vestígio é a propriedade de um ser criado que se refere a Deus, considerado como causa eficiente, exemplar, final; a imagem, enfim, é toda propriedade da criatura que supõe Deus, não só como causa, mas também como objeto (1987, p. 45).

Deste modo, o texto, como criatura material, pode ser sombra ou vestígio de Deus e do vice-Cristo, na figura de D. Pedro Antonio de Noronha, Marquês de Angeja. O escrito está para a sombra, assim como o rei está para a luz¹⁶¹, em uma espécie de alegoria tipificadora, em um *topos personarum* que distingue também a hierarquia monárquica. O sentido teológico, neo-escolástico, é reciclado no (e por meio do) texto.

Tem-se com esta metáfora a ideia de que o corpo místico do rei, ou seja, a dupla pessoa do rei na esfera do poder político e na sua posição divina é o que fornece sentido para o discurso. A dupla pessoa do rei

¹⁶¹ A questão da luz é também neoplatônica. Na dicotomia luz/sombra tem-se a figura alegórica da verdade.

se distingue na pessoa física e na pessoa ideal, fictícia, mística, como uma identidade supra-individual. Um *topos* da perpetuidade do poder público absoluto para além da sucessão temporal, cuja identidade é sagrada nos séculos XVI e XVII, ampliado no século XVIII, conforme noção presente no texto analisado. Este *topos* aplica-se ao soberano do Estado absoluto. João Adolfo Hansen lembra, com Kantorowics,

que a reativação escolástica aplica, em Portugal, um esquema tipológico à figura do Rei: assim como Cristo é, em sua humanidade, instrumento da divindade, também o Rei é proposto duplamente, como sendo o que é por aquilo que está nele mesmo e além dele mesmo (HANSEN, 1992 [b], p. 351).

A propósito, Hansen comenta a doutrina jurídica contra reformista do pacto de sujeição, na definição de Suárez e outros, assim:

como *corpo místico* do reino como a unidade de uma vontade coletiva que se aliena do poder e o transfere para a *pessoa mística* do Rei, que se torna *cabeça* do corpo político do Estado subordinado, submetido ou súdito. No contrato, a soberania real é sagrada porque figura a vontade coletiva que se aliena nela, segundo o modelo jurídico da escravidão, recebendo em troca os privilégios que a hierarquizam em ordens e estamentos. Celebrando a pessoa real ou a *cabeça*, a comunidade ou *corpo* também se autocelebra, pois demonstra reconhecer e revalidar o pacto que a funda como natureza de corpo político de ordens e estamentos hierarquizados. Por outras palavras, a apologia das virtudes da *cabeça* é entendida como defesa dos interesses do corpo (HANSEN, 1995, p. 44).

Tem-se, como fundo, uma lógica argumentativa que propõe a “verdade”, – igual, relativa ou proporcional a uma essência teológico-política que fundamenta o poder e o mantém em termos de uma segunda pessoa, que é o rei e, porque tal, capaz de iluminar os corpos a sua mercê, inclusive o discurso que o celebra – cuja faculdade tendencial é instituir-se, portanto, sedimentar-se politicamente. Toda instituição, todo organismo não se sustenta sem essa verdade nos séculos XVII/ XVIII. Pécora propõe que o lugar da transcendência se prolonga na história, esta não se pode pensar senão como prolongamento daquela (PÉCORA, 1994, p. 203). Historicizar-se é próprio de Deus, buscar o sagrado em si é próprio da história e, porque não, próprio das formas de representação da época, do mundo católico, em particular do *Tratado político*.

Convém lembrar, ainda, que no século XVI Giorgio Gilio

inverte o preceito aristotélico da superioridade da poesia, que trata do universal, sobre a história, arte das particularidades, afirmando que a história é superior, porque é sempre história sacra, conforme o providencialismo católico que ratifica a doutrina da luz da graça infusa na consciência e no tempo como projeto profético de Deus para sua Igreja, como estabelecido em Trento (HANSEN, 1994 [b], p. 30-31).

No final da dedicatória do *Tratado político*, Rocha Pita pede que Deus proteja o rei com a frase “Guarde Deus muitos anos”. Esta frase é lugar comum na prosa encomiástica do mundo católico. Aqui, a tópica retórica revela finalidade persuasiva e demonstra o caráter teológico na questão da proteção divina. Nos casos citados de Rocha Pita, e de outros letrados ibéricos, esse pedido acompanha a tópica da razão de Estado, uma vez que a ideia de “guardar” semantiza a

conservação. Ora, se o pedido é que Deus conserve o rei, solicita-se também que conserve o Estado, já que a tópica se faz em termos de aumento e conservação da monarquia. Conservar e aumentar, saúde e Estado são tópicos da razão de Estado católica, aplicadas ao corpo político, do qual o rei é a cabeça. A metáfora do “corpo/cabeça” remonta a ideias políticas medievais, das quais decorre o caráter “natural” ou naturalizado da constituição social, por extensão, uma fisiologia do corpo humano ou ordem da natureza, ideias ligadas ao pensamento jurídico medieval. A tópica da saúde do corpo é neo-escolástica. O Estado é organismo, cujas circunstâncias difíceis eram pensadas como afetos que ameaçavam a saúde; pela “concórdia”, como pacto, buscava-se a harmonia.

O sentido das tópicos do *Tratado político* é analógico. A analogia é conceitual, isto é, conceito utilizado para permitir o encontro do humano com o divino na história, uma vez que análogo e/ou analogia tem sentido tomista de participação que as criaturas têm em Deus enquanto Seus efeitos. A analogia é estabelecida, escolasticamente, na relação entre o natural e o divino, e utilizada no discurso como base para o ornato, entre conceitos engenhosos e os sinais divinos no mundo, entre as figuras da técnica discursiva e as do sistema providencial. Parece ser este o tipo de prova aceita por essa narrativa como figura ou elocução constituinte do tipo de raciocínio na concepção de história uma vez que a analogia fundamenta e regula a representação.

Essa prosa empenha-se como análogo de Deus que, em sentido tomista, leva à verdade. Assim, a verdade proposta pelo *Tratado político* é conseguida por tópicos teológico-retóricas providenciais, associadas à relação paternal de Deus para com o povo. Vontade de Deus associada à providência, como eleição, aspecto visto em Vieira, de acordo com o que afirma Pécora (1994, p. 151), e igualmente verificável em Rocha Pita.

Como define Hansen,

em sua reativação neo-escolástica dos séculos XVI e XVII, a história é uma compilação de contingentes passados que, ciceronianamente, formam um análogo prático para a ação e experiência presentes. Como *magistra vitae*, a história fornece, enquanto narração política, a exemplaridade dos modelos da experiência moral prudente, vivida por varões ilustres e proféticos, espelho de príncipes. Acrescentando-se do objetivo pedagógico, é previdente: *História do Futuro* é bem o título que figura a especularidade da doutrina da história como repetição diferencial e conservação da experiência passada como padrão futuro. Ordem natural escrita por Deus no tempo, a circularidade da tipologia implica obediência política, uma vez que o governante é causa Segunda da Causa primeira e desobedecer-lhe é não só um erro político, mas também pecado contra a vontade (1989, p. 152).

O modelo é, portanto, constitutivo da pessoa. A pessoa é “memória”, “vontade” e “inteligência”.

Talvez a característica de maior relevância no *Tratado político* seja a mobilização dos *exempla* dialéticos, ou seja, a utilização de uma grande cópia de exemplos para construir e sustentar sua argumentação. Entendendo-se, aqui, dialética como uma técnica cognitiva de divisão e análise, segundo as dez categorias aristotélicas – substância, matéria, forma, acidente, propriedade, causa, efeito, fim, simpatia e semelhança – e não por meio de seu sentido hegeliano de tese, antítese e síntese, o pensamento opera para formar juízos, segundo o critério antigo do Estagirita para o conceito. No *Organon*, Aristóteles ensina que o raciocínio é dialético “quando parte de opiniões geralmente

aceitas, prescrevendo que são verdadeiras e primeiras aquelas coisas nas quais acreditamos em virtude de nenhuma outra coisa que não sejam elas próprias”. Prossegue dizendo que são “opiniões geralmente aceitas aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou filósofos – [...] todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes pensam ser”.

As noções de divisão e análise são visíveis na ordenação discursiva do *Tratado político*, em sua disposição em três discursos. Cada discurso apresenta argumento ou argumentos dispostos em separado da narrativa propriamente dita, como já disse. A narração ecrásica e parafrástica descreve e orna exemplarmente as tópicos da invenção, mobilizando casos históricos semelhantes ou contrapostos ao que está sendo narrado em entimemas silogísticos etc. Tem-se com isso um discurso empenhado em demonstrar argumentos plausíveis em defesa de um rei e de um poder legítimo e naturalmente constituído, cujo poder monárquico absoluto é representado.

No entanto, dividir e analisar é o que se denominava, nos séculos XVII e XVIII, anatomia. Assim, ao dispor os três discursos como partes de um entimema silogístico macro textual, dividindo cada um dos discursos específicos também silogisticamente, Rocha Pita propõe uma anatomia argumentativa que funciona em direção ao fim demonstrativo-deliberativo, captando ou capturando a adesão do destinatário.

O texto de Rocha Pita, porque confeccionado a partir das categorias mencionadas acima de imitação, emulação, divisão e análise, pode ser entendido como ciceronianamente honesto, para homens honestos e de mãos e razão igualmente honestas. E porque honesto, justo, pois justa é a expressão da verdade, segundo o que o gênero e o pensamento de sua época veiculam. Cícero tem como honesto um homem prudente, justo, forte, cujas ações são mediadas

pela ideia de temperança. O conceito de honestidade é pensado pelo orador a partir dessas quatro noções. É com elas que Pita constrói o retrato de D. Pedro II e autoriza-se a fazê-lo, afirmando-se digno disso. Diz Cicero, nos *Ofícios* (L. I, VII, VIII; L. II), que todas as ações virtuosas emanam da honestidade e que o decoro é inseparável dessa qualidade, porque tudo que é honesto é, igualmente, decoroso. A honestidade é a mais útil das virtudes, porque dela se faz o bem comum. O texto de Rocha Pita, por ser honesto é útil, sendo uma prosa pragmática, cuja função é interferir na ação e prática humanas e não um mero virtuosismo de linguagem e retórica laica, exibição de hipérboles e elogio fútil. Como prosa de aconselhamento, o *Tratado político* visa o bem comum, como disse, identificando nas ações narradas e nos caracteres apresentados, dispostos e pateticamente ornados, equilíbrio e conservação da monarquia, porque em consonância com a felicidade coletiva, comunitária e corporativa que o bem comum garantido pelo rei, como cabeça, proporciona. Essa tópica da felicidade é central na discussão aristotélica moral de que Rocha Pita se apropria e relê. Para Aristóteles, da *Ética a Nicômaco* (I, IV, 15) a tópica identifica o ser feliz com o bem fazer e agir. O texto é, pois, decoroso. Funde o passado, exemplarmente narrado, com o tempo presente de sua enunciação, no empenho constante de empreender ações honestas e virtuosas. Em mundos católicos, esse é um dos principais decoros políticos interpretado providencialmente, cuja memória dos casos se faz por meio da erudição que autoriza a ideia de eleição de um povo, como o português, como causa segunda de Deus na história. Decoro político, aqui entendido como teológico-político, racionalização da hierarquia que define o Estado soberano do Antigo Regime como harmonia das partes de seu corpo concebida na metáfora estoica da amizade aristotelicamente definida e proveniente de usos letrados de Sêneca e de Tácito.

O texto de Rocha Pita, em semelhança a outros de seu gênero, faz da história um particular. No entanto, ao selecionar quais eventos narra, ensina que a história antiga emulada e a dos séculos XVII e XVIII são prosas prescritivas, estabelecidas a partir do decoro, que orienta o pensamento ou o engenho, quando letrados se propõem a redigir a história. Nesse sentido, há tópicos selecionadas, inventadas, dispostas e ornadas em uma instituição que demonstra, além dos assuntos, o uso também da máquina retórica persuasória e defensora de argumentos específicos do gênero. Essa prosa faz uma espécie de seleção e de eleição próprias do discurso, segundo critérios ordenativos dialéticos, como análise e divisão em curso. Para usar um termo de Pécora: não em “repouso” (1994, p. 2630).

Referências

A BÍBLIA de Jerusalém. Direção da École Biblique de Jérusalem. Tradução das introduções e notas de La Saint Bible (1973). São Paulo: Paulus, Sociedade Bíblica Católica Internacional, 1995.

ARISTOTE. *Poétique*. Texte établi et traduit par J. Hardy. 9. éd. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

ARISTOTE. *Rhétorique*. Traduction par Méderic Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1932, 1960, 1973. 3 t.

ARISTÓTELES. *Aristotelos peri Poietikes. Aristotelis Ars Poetica. Poética de Aristóteles*. Edição trilingue por Valentín García Yebra. Madrid. Gredos. 1974.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ARISTÓTELES. *Organon* (v. I). *Categorias* (v. IV). *Tópicos*. Lisboa: Guimarães, 1986.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, introdução e comentário de Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Junior et alli. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico de mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1992. 2 v.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 3 v.
- CÍCERO. *Ofícios*. Tradução de Manuel de Valbuena. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946.
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s. d.].
- HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1987.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HANSEN, João Adolfo. Uma arte conceptista do cômico. In: _____. *O tratado dos ridículos de Emanuele Tesauro. Referências* (CEDAE). Campinas: Unicamp, 1992.
- HANSEN, João Adolfo. Colonial e barroco. In: AMÉRICA: descoberta ou invenção. Anais do IV Colóquio da UERJ. Rio de Janeiro: Imago/UERJ, 1992 (b).
- HANSEN, João Adolfo. *Pós-moderno e Barroco*. Seminário apresentado na Universidade de São Paulo. São Paulo, 11/11/1994. (Texto mimeografado).
- HANSEN, João Adolfo. Prefácio. In: PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994 (b).
- HANSEN, João Adolfo. Teatro da memória: monumento Barroco e Retórica. *Revista do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura* (IFAC), Ouro Preto, n. 2, 1995.
- MCHENRY, Henry. *The New Encyclopaedia Britannica*. Chicago: [Encyclopaedia Britannica], 1993.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – introdução a um debate sobre gênero*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 2 t.
- TESAURO, Emanuele. *Il Cannocchiale Aristotelico. Esto es, Antejo de Larga Vista, Idea de la Agudeza, Ingeniosa Locucion, que Sirve a Toda Arte Oratoria, Lapidaria, y Symbolica, Examinada com los Principios del Divino Aristoteles*. Tradução de Frei Miguel de Sequeyros. Madrid: Antonio Marin, 1741. 2 t.

Recebido em 23 de dezembro de 2011

Aprovado em 23 de janeiro de 2012

